

REFORMA DA PREVIDÊNCIA COMPRADA TEM QUE SER ANULADA!



Encontro de Aposentados e Pensionistas. Reencontros e informação!

Pág 3

Panorama político. Os trabalhadores estão sob ataque.

Pág 4

Arquivo do SINTUFCE. Organização e resgate da história da entidade.

Pág 7

As escolhas para a Melhor Idade.

Pág 10

Editorial

A educação é um direito fundamental, universal, inalienável e constitui um dever do Estado. É instrumento de formação amplo, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, e que deve preparar as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país. Ao cidadão cabe o direito de exigir educação de qualidade, social, igualitária e justa. A Constituição assegura a todos esse direito. Existe um slogan criado pelo governo que diz "Todos pela Educação". Interessante do ponto de vista de marketing, porém, na prática, sabemos que a história é outra.

Falar em educação é uma prática que já se tornou habitual, mas, que não tem alcançado, na sua plenitude, o que de fato se espera. É verdade que muito já foi feito, muitas metas alcançadas, vários programas foram lançados pelo governo na chamada Reforma Educacional, em que as Políticas Públicas tiveram um papel essencial. Alguns autores acreditam que essas políticas são questionáveis, bem como alguns programas. Um exemplo disso é o caso do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REUHF, por exemplo, em que se inclui o Projeto de Reestrutura e Expansão das Universidades Federais – REUNI, criados dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação (dentro do Programa de Aceleração de Crescimento).

Tais programas foram idealizados para melhorar o ensino, mas o que se observa é sua utilização como forma de acentuar uma terceirização, já presente, principalmente, em nossa instituição. A Universidade Federal do Ceará aderiu ao REUNI e, então, o que se observa é um verdadeiro canteiro de obras nos campi da UFC. Mas, onde estão os docentes para os inúmeros cursos recém-criados? Onde fica a política de acesso aos estudantes recém-ingressos? São vários questionamentos sem respostas.

O fato é que o ensino superior no Brasil precisa ser melhorado. Propostas como a Universidade Nova necessitam de melhor esclarecimento. O PROUNI, projeto já em funcionamento e que distribui bolsas de estudo em universidades particulares, merece ser controlado. Por que não melhorar o ensino público nas escolas e universidades? Por que não promover investimentos nas pesquisas das universidades? São perguntas que precisam de resposta imediata. De ação governamental. A urgência de investimentos na educação é gritante. Investir no público talvez seja a saída para a crise na educação. É necessário que existam políticas públicas eficientes e eficazes, uma gestão séria capaz de gerir recursos, para que sejam garantidos todos os direitos que nos assegura a Constituição.

Nesta edição, o jornal do SINTUFCE trabalhará várias questões fundamentais para os trabalhadores. A educação política é o nosso objetivo permanente a ser atingido por meio desta publicação. Que essa leitura gere inquietações e novas ações rumo a realidade que desejamos de um educação e saúde à altura de nossas necessidades e potencialidades. Unidos, somos mais fortes!

Elie dir Trigueiro
Coord. de Educação
e Cultura do SINTUFCE



MISSÃO

O SINTUFCE tem como missão desenvolver continuamente políticas estratégicas de negociações pelos direitos da categoria, representando, perante as autoridades administrativas e jurídicas, os interesses gerais da classe e os interesses individuais de seus sindicalizados.

VISÃO

Ser referência nas conquistas em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, por sua atuação responsável e eficiente no âmbito de sua abrangência, protegendo o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida da classe trabalhadora.

VALORES DO SINTUFCE

Ética, credibilidade, cidadania, inovação, tecnologia, inclusão social, qualidade de vida e responsabilidade.

Lutas

SINTUFCE continua na luta para barrar a EBSE RH



Director Jurídico do SINTUFCE, Carlos Alves, durante entrevista sobre a EBSE RH em frente ao HUWC.

No Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Ceará (UFC), mais de 1.000 funcionários públicos, que há décadas trabalham nos hospitais, permanecem cheios de questionamentos sobre o futuro funcional para o qual caminham. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSE RH) – uma empresa estatal de direito privado – já chegou ao Ceará. O SINTUFCE, insistentemente, vem alertando para as irregularidades dessa mudança na gestão dos Hospitais Universitários (HU's).

O Governo Federal utilizou como justificativa para a implantação da EBSE RH a necessidade de uma solução para a situação irregular de mais de 26 mil profissionais lotados nos HU's, contratados por meio das fundações de apoio das universidades. O Tribunal de Contas da União (TCU) já vinha alertando para a ilegalidade das contratações desde 2006. O órgão determinou que os desvios fossem corrigidos, conforme publicado no Acórdão 1193/2006 –TC – Plenário, sessão de 19 de julho de 2006. O documento enumera que é irregular a contratação de fundações de apoio para o fornecimento de mão de obra destinada a desempenhar funções típicas de cargos públicos (por contrariar o art. 37, inciso II, da Constituição Federal e o art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2.271/97); é irregular a contratação direta de fundações de apoio para o fornecimento de mão de obra (com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93); dentre outras práticas identificadas e condenadas pelo TCU.

A EBSE RH foi mostrada pelo Governo Federal à mídia como uma resposta ao TCU e solução para regularizar os contratos dos 26 mil trabalhadores dos HU's. No entanto, basta analisarmos alguns pontos do contrato assinado entre a Universidade de Brasília (UNB) e a EBSE RH para constatar que há muitas inverdades no discurso do governo. Veja o diz a cláusula quinta: Dos Servidores Públicos em exercício no Hospital Universitário.

"A critério da CONTRATANTE, os servidores públicos em exercício no hospital na data da assinatura do CONTRATO permanecerão em seus postos, exercendo as mesmas atividades, e continuarão sujeitos ao regime previsto na Lei 8.112/1990, inclusive quanto ao deveres, proibições e regime descritos na mesma lei, vedado qualquer hipótese de desvio de função".

Parágrafo Primeiro: "Compete a CONTRATANTE fornecer a CONTRATADA relação nominal dos servidores públicos efetivos que permanecerão em atividade no ambiente do hospital ...".

Parágrafo Oitavo: "Com relação aos servidores que

exercem atividades de caráter administrativo ou de apoio técnico, CONTRATADA e CONTRATANTE avaliarão conjuntamente a conveniência e oportunidade de manutenção nos quadros do hospital universitário".

E agora? Você acha que esses trabalhadores terceirizados terão seus contratos regularizados ou serão sumariamente demitidos? E mais: os novos concursos, realizados pela EBSE RH, garantirão servidores públicos comprometidos com a excelência no atendimento? A resposta é NÃO!

A EBSE RH fará seleção pública para novos funcionários que serão contratados através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por tempo determinado (contrato temporário de emprego), intensificando a lógica de precarização do trabalho. O fim da estabilidade e a lógica da rotatividade estarão definitivamente implantados – inicialmente na saúde!

Para os alunos, a situação também é preocupante. Os Hospitais Universitários foram criados e mantidos para o fomento à pesquisa e aplicação do ensino e extensão. Com a EBSE RH, o foco do Complexo Hospitalar se limitará a prestação de serviços de assistência à saúde, sob os ditames típicos das empresas privadas, em busca do aumento da produtividade, alcance de metas e do lucro. A personalidade jurídica da EBSE RH é de Direito Privado e, portanto, as suas atividades têm como fundamento os preceitos comerciais.

Quanto aos servidores estatutários, você acha que seremos preservados? Basta verificarmos o que está no documento acima mencionado para encontrarmos as respostas para essa questão. Todos estão com seus cargos à disposição da empresa, e sob o risco de dispensa.

Gostariamos de fazer mais alguns questionamentos. Primeiro, se os servidores públicos cedidos a empresa continuarão sujeitos a lei 8.112/90, como será feita a avaliação para efeitos de progressão? Quem fará a avaliação? Segundo, quanto ao incentivo à titulação que, hoje, a análise é feita através de uma comissão da UFC, como será a partir de agora? Terceiro, o que será feito com os servidores que não forem cedidos à empresa? Com certeza, já que a intenção é privatizar, acreditamos que muitos não ficarão no hospital, pois o empecilho sempre foi os servidores públicos.

E nós – entidades sindicais – não estamos sozinhos nessa luta. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra dispositivos da Lei nº 12.550/2011 que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSE RH). Estamos na linha de frente, incansáveis pela defesa de nossos direitos e por um governo, de fato, representativo e responsável. Apelamos para que as autoridades competentes exerçam a defesa do bem público e que toda a comunidade universitária endosse o nosso protesto contra a privatização da saúde.

Em defesa da saúde pública, gratuita e de qualidade!

Carlos Alves
Coordenador Jurídico do SINTUFCE

“A personalidade jurídica da EBSE RH é de Direito Privado. Ela está fundamentada em preceitos comerciais.”

► **Aposentados Ativos!**

Encontro de Aposentados e Pensionistas] Momentos de reencontros e informação!

O SINTUFCE realizou, no último dia 21 de março, um Encontro de Aposentados e Pensionistas que reuniu cerca de 180 filiados. Os servidores receberam informes gerais e jurídicos. O advogado Rodrigo Barreto, atualmente responsável pelos processos dos 28,86%, 47,94% e 3,17%, esteve presente, tirando as dúvidas e dando os esclarecimentos.

O evento foi iniciado às 14h30 e concluído às 16 horas, com um *coffee break*. Antes e após o encontro, os presentes foram beneficiados com serviços de aferição de pressão arterial e testes de glicemia, prestados pela farmácia conveniada à entidade Casa do Remédio.

A coordenadora de Aposentados e Pensionistas do SINTUFCE, Marlene de Paula, comemorou os resultados. "Foi excelente! O Dr. Rodrigo foi paciente e passou os informes com uma fala bem explicada, e todo mundo entendeu. Isso ainda não tinha acontecido na história das reuniões de aposentados, de um advogado vir exclusivamente para um evento de aposentados e passar duas horas conversando, tirando dúvidas, com carinho e profissionalismo. Fiquei emocionada por eles (aposentados) terem atendido o nosso chamado. É um sinal de que os aposentados ainda têm o espírito de luta, participação, presença e essas são as características dos precursores da luta sindical".

"Eu gosto de vir ao sindicato porque isso aqui pertence ao funcionário público e é muito valioso, porque somos uma classe e o nosso objetivo é evoluir juntos". Otilia Ferreira, 92 anos, aposentada da UFC - trabalhou como técnica de enfermagem.

"Sempre tô participando das palestras. Valeu a pena vir, porque fiquei mais informado sobre os processos". José Rosa de Sousa, 74 anos, aposentado da UFC - trabalhou como vigilante.

"Eu antes participava como 'pré-aposentado'. Agora, já aposentado, tenho voz ativa para defender os direitos desse grupo. Venho pra rever os colegas e já faço parte há muito tempo daqui do movimento. A minha ideia, agora, é chamar uns colegas do meu tempo - de quando eu trabalhava - e formar um grupo pra gente ter voz e vez". Edimar Soares da Silva, aposentado da UFC desde fevereiro de 2013.

"Essa é a oportunidade que tenho de rever os colegas, descontraír e tirar as dúvidas com advogado". Rita Cândido de Sousa, 60 anos, aposentada da UFC - trabalhou na MEAC e na Odontologia.

"É bom estar aqui para participar da palestra e rever os colegas. Tem pessoas que a gente só encontra aqui, e que nunca mais tinha visto na vida. Mas, precisamos de mais participação dos aposentados. É importante que todos estejam lendo, se informando... Não é pra ficar em casa, é pra vir pra cá!". Silvio Fernandes, aposentado da UFC - trabalhou na Faculdade de Economia.

"O encontro é sempre ótimo. Vêm muitos colegas e aí temos essa confraternização boa e necessária. Muitos não têm em casa o que encontram aqui: o diálogo, a alegria, as recordações, o resgate das amizades... Parabéns à coordenação de aposentados! Francisco Uchôa Pierre, 66 anos, aposentado da UFC - trabalhou no Departamento de Geologia.



Durante o encontro, o advogado Rodrigo Barreto compôs a mesa ao lado da diretora Geral Telma Araújo e diretora de Aposentados Marlene de Paula

Avaliar para inovar estratégias de lutas exitosas

Percebam o nível de nossa força política, para reverter os ataques aos nossos direitos trabalhistas. Onde, quando, e como estamos avançando na redução de danos. O maior poder emana do trabalho, vamos ao trabalho, aposentados sim, inativos jamais.

O brasileiro, trabalhador, não desiste nunca. Vejamos:

Agosto de 2011 aconteceu em Brasília no auditório Petrônio Portela no Senado Federal o Encontro Nacional de Servidores Públicos, um fórum de grande mobilização do movimento social de trabalhadores e parlamentares.

Objetivo do Fórum: defender os direitos inseridos na constituição federal;

- A paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- Integralidade de vencimento nas aposentadorias;
- Não à contribuição para a previdência social;
- Luta constante pelo resgate da valorização e da dignidade do servidor público;
- Reafirmar compromisso com a realização de encontros nacionais de trabalhadores aposentados e pensionistas do Brasil, na convicção de que unidos venceremos.

Em 28 e 29 de novembro de 2011 a FASUBRA convocou os coordenadores de aposentados e pensionistas, e na ocasião foi construído um plano de ação nacional, norteador das atividades das referidas coordenações, como:

- Reposicionamento dos aposentados no PCCTAE;
- PEC 555/2006: revogação da contribuição previdenciária;
- PEC 270/2008: integralidade de aposentadorias por invalidez;
- Incentivar o servidor aposentado por invalidez a solicitar a revisão de suas aposentadorias, com a finalidade de perceber algum equívoco;
- Revalorização dos servidores aposentados e pensionistas nas universidades;
- Organização dos aposentados nas entidades de bases (GTS, departamentos, secretarias etc.);
- Políticas compensatórias para os idosos, que as entidades de bases cobrem das universidades constituírem programas para trabalhadores aposentados;

- Reconhecimento dos certificados de capacitação dos aposentados;
- Unificação e fortalecimento da luta nacional no congresso.
- NÃO À DISCRIMINAÇÃO INSTITUCIONAL AOS APOSENTADOS, IDOSOS E PENSIONISTAS.

Dormimos muitos anos e fomos penalizados barbaramente, mas unidos somos fortes, e devemos correr atrás dos prejuízos. Não podemos perder o sentimento de justiça, pois é o que nos motiva como precursores e protagonistas da história de luta sindical do Brasil, comprometidos com o bem geral da classe trabalhadora. Estaremos fortalecendo as lutas como missão cívica e por justiça, mesmo que sejam de forma, de falas, atitudes individuais ou coletivas. A indignação coletiva provoca mudanças, que começa um a um, dois a dois, e por aí vai à mil que descamba ou atinge à 10 mil.

Essa luta não é só dos servidores aposentados, mas também dos servidores ativos, principalmente os que ingressaram no serviço público nos últimos 5 anos, pois poderão vir a se aposentar com seus direitos adquiridos bastante reduzidos, ou seja, sem nenhum direito ou assistência.

Aposentados e pensionistas, está mais que claro que perdemos muito em colocar as nossas causas em determinados grupos que muitas vezes nos veem simplesmente como forma de ampliar a sua ALA presencial numérica com objetivo unicamente de se fortalecer individualmente na sua corrente política partidária ao qual faz parte como militante de partidos políticos.

Vamos buscar nosso empoderamento através da leitura, pesquisa temática via internet, fortalecer os fóruns de aposentados e pensionistas, nos reunir na busca de informações e novas estratégias para promoção de luta preventiva e inovadora.

LUTEMOS SEMPRE POR UMA POLÍTICA HUMANIZADA. ENQUANTO HÁ VIDA, HÁ ESPERANÇA.

Marlene de Paula Neves
Coordenadora de Aposentados e Pensionistas - SINTUFCE/UFC



► **Informes**



Passeata em direção à praça do Ferreira em 11 de julho de 2012

1º de MAIO

É comemorado, no dia 1º de Maio, o Dia do Trabalho ou Dia Internacional dos Trabalhadores. A data comemorativa é nacional e mundial, usada para celebrar as conquistas dos trabalhadores ao longo da história - principalmente. O Dia do Trabalho foi legalizado pela primeira vez na França, em 1889. No Brasil, a data foi consolidada através de decreto do governo de Artur Bernardes em 1895. Além disso, a partir do governo Getúlio Vargas, as principais medidas de benefício ao trabalhador passaram a ser anunciadas nestas datas.

Atualmente, inúmeros países adotaram o 1º de maio como o dia do trabalhador.

Fatos importantes relacionados ao 1º de maio no Brasil.

1º de maio de 1940 - O presidente Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo.

1º de maio de 1941 - Foi criada a justiça do trabalho, destinada a resolver questões judiciais, relacionada, especificamente, a relações de trabalho e aos direitos dos trabalhadores.

Parabéns aos precursores, protagonistas e trabalhadores em geral, pelo muito que contribuíram na construção da plataforma política dos direitos e deveres dos cidadãos. Mas, continuemos atentos na defesa do que já foi construído e consolidado ao longo da história da luta dos trabalhadores.

Marlene de Paula
Coordenadora de Aposentados e Pensionistas do SINTUFCE

Casa do Remédio e Clínica de Terapia Ocupacional firmam convênio com SINTUFCE

O SINTUFCE reativou o convênio com a farmácia Casa do Remédio. O estabelecimento está presente nos seguintes endereços: R. Tenente Jurandir Alencar, 260 - Messejana (3276.2311); R. Major Facundo 1145 - Centro (3226.6667); R. Cacilda Becker 149 - João XXIII (3233.2444); e Av. Dedé Brasil, 5005 - Passaré (3295.7272).

A partir de agora, os filiados também podem usufruir do convênio do SINTUFCE com a Clínica de Terapia Ocupacional localizada na Av. Osório de Paiva, 2821 - Vila Pery (3483.3856 / 8724.5253) - vizinha ao terminal do Siqueira, e na Rua Valdemiro Cavalcante, 368 - Rodolfo Teófilo (3482.4054 / 8668.8538). A empresa dispõe de serviços nas seguintes áreas: Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Drenagem Linfática, Massagem Redutora e Modeladora.

Confira a lista de empresas conveniadas em www.sintufce.org.br

"Carteira do Servidor Aposentado": tire sua foto no SINTUFCE



Sempre às segundas e quartas-feiras pela manhã, estaremos produzindo as fotos individuais dos servidores interessados em obter a "Carteira de Identificação do(a) Servidor(a) Aposentado(a)". A jornalista do SINTUFCE, Luciana de Paula, estará disponível para fazer as fotos nos dias e horário mencionados. Para a produção da carteira, também será necessário o preenchimento de ficha específica, disponível no SINTUFCE.

Mais informações através do telefone 3052.3650 (com a coordenação de aposentados do SINTUFCE).

► Matéria da Capa

Panorama Político

Os trabalhadores estão sob ataque. Acordos coletivos que ignoram a CLT, ausência de qualificação e valorização do servidor público, desrespeito com os direitos dos aposentados, descumprimento de acordos de greve, mudanças na previdência punitivas para os trabalhadores aprovadas com parlamentares vendidos... Veja, a seguir, os desafios postos, que requerem unidade para serem superados.

Matéria com comentários
de Gerson Morais
Coord. Geral do SINTUFCE



Passeata em direção à praça do Ferreira em 11 de julho de 2012. A luta pela valorização dos aposentados e manutenção de seus direitos é um dos grandes desafios dos dias atuais

Trabalhadores em todo o país enfrentam uma nova batalha política. O Governo Federal poderá apresentar ao Congresso, ainda em 2013, um projeto de lei para a criação de um Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico. Batizado de Acordo Coletivo Especial (ACE), o texto foi elaborado e sugerido ao governo pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 2011.

Atualmente, o trabalhador brasileiro dispõe, na legislação, de duas opções de acordos trabalhistas: a convenção coletiva e o acordo coletivo. Em ambos os casos, as normas previstas na CLT devem ser rigorosamente obedecidas, sob o risco da não homologação por parte do Ministério Público do Trabalho. No caso do Acordo Coletivo Especial, os direitos coletivistas poderão ser legalmente negados ou flexibilizados. O patrão e o empregado decidirão em mesa de negociação as condições mais adequadas de trabalho e salário, e com a devida segurança jurídica, sem que a legislação trabalhista vigente limite os abusos e perdas para os trabalhadores, na maioria rendidos aos interesses dos patrões por sua condição de necessidade de manter o emprego.

Em cartilha divulgada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para explicar a proposta, percebe-se que a busca é por uma alternativa aos acordos coletivos existentes, que possibilite a legalidade de "condições específicas de trabalho", sob o argumento da modernização das relações de trabalho e da representação sindical. O material critica a CLT: "A lei tolhe a autonomia dos trabalhadores e empresários, impondo uma tutela pelo Estado, que, como toda tutela, se converte em barreira para o estabelecimento de um equilíbrio mais consistente". Férias, reajuste, 13º salário e horas extras são alguns dos direitos trabalhistas coletivistas. A regra geral será a de que o acordado poderá se sobrepor ao legislado. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC já está sendo considerado um traidor dos trabalhadores por empenhar-se na aprovação de uma

lei que flexibiliza a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Tendo em vista que o cargo público é regido pelo Regime Jurídico Único, e não pela CLT, uma pergunta pode surgir: por que nós, servidores públicos, temos que nos preocupar com esse novo tipo de acordo coletivo? O Coordenador Geral do SINTUFCE, Gerson Morais, explica o impacto dessa medida para todos os trabalhadores. "Vale ressaltar que, quando se trata de trabalhadores, todos os sindicatos e representações afins devem sempre estar não só atentos, como também dispostos a defendê-los. Vale ressaltar que a CLT foi criada para garantir os direitos mínimos dos trabalhadores. O Governo, agora, quer flexibilizar os mínimos direitos. Pode? Só para que possamos compreender a política governamental. O pior é que isso é acordado com uma central sindical. Precisamos, na verdade, é rever nossos conceitos sobre trabalho, emprego, valores, coletividade para sabermos se, realmente, os sindicatos que representam a coletividade estão, de fato, desempenhando seu papel", explicou o diretor.

QUALIFICAÇÃO

O servidor técnico-administrativo, ante o descaso do governo em valorizá-lo por meio de salários dignos, busca melhorar sua condição financeira, para provento seu e de sua família, através da qualificação. A Lei 11.091 de 2005 trata, no anexo III, da Tabela para Progressão por Capacitação Profissional dos servidores e, no anexo IV, da Tabela de Percentuais de Incentivo à Qualificação. No entanto, vários entraves são encontrados pelos interessados em melhorar sua condição funcional e social. São algumas das dificuldades a escassa oferta de vagas para a categoria nas IFES, o impedimento das chefias que, por vezes, não aceitam ajustes no expediente e - até mesmo - a falta de incentivo das Reitorias, que pouco aproveitam o potencial de técnico-administrativos para funções equivalentes a qualificação obtida pelos servidores.

Com base nessa realidade, está sendo elaborado um Plano Nacional de Capacitação e Qualificação dos servidores. A Fasubra já apresentou uma minuta do projeto às entidades filiadas e tem pautado o assunto nas reuniões recentes com o Governo Federal. No Informe da Direção Nacional (ID) nº 4 do mês de março de 2013, publicado pela Fasubra, é relatada audiência do dia 21 de março de 2013, entre a entidade e o Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, para tratar do Plano. O relatório informa que "o Ministro afirmou seu compromisso com a capacitação dos técnico-administrativos, e que desenvolverão agenda com a FASUBRA para tratar sobre regras de qualificação, ofertadas nas IFES, linhas de crédito do FIES, e outras iniciativas, como abrir senhas do programa 'Inglês sem Fronteiras' para utilização pelos técnico-administrativos".

A minuta da Fasubra do Plano Nacional de Capacitação e Qualificação dos servidores está disponível no ID nº 3 do mês de janeiro de 2013, e se baseia no artigo 24 da Lei 11.091, regulamentado pelo Decreto 5.825 de 29 de junho de 2006, que prevê a criação de um Plano de Desenvolvimento Institucional das Instituições Federais de Ensino e de um Programa de Capacitação estão previstos. É necessário, no entanto, que todos os servidores se engajem nesse debate, inclusive contribuindo com sugestões e críticas.

A morosidade do governo em concretizar medidas já aprovadas há sete anos incentiva a terceirização e provoca o acúmulo de atividades por servidores que ficam sobrecarregados. Gerson Morais comenta o descaso do governo com medidas que auxiliam os servidores públicos a se qualificar. "A coisa é mais complexa do que o que se apresenta. Na realidade, o que temos pela frente é o fim do serviço público. Tomemos como exemplo dentro do serviço público as universidades brasileiras. A maioria dos seus servidores estão com o pé na aposentadoria. Até porque, passamos quase 12 anos sem concurso público - lem-

bra? Voltemos ao governo Fernando Henrique para podermos entender melhor o que está ocorrendo de fato. O governo FHC não implantou tudo que é realidade hoje, porque, naquela época, o atual governo era oposição e tinha um discurso contrário a tudo o que vem acontecendo nos dias atuais. Ao assumir o governo, o que vimos foi a continuidade e de forma acelerada de tudo que já vinha sendo proposto pelo governo anterior: o fim do serviço público – minimização do ESTADO (na prestação de serviços, é claro). Ai vieram, em seguida, a reforma da previdência, Rehof, Reuni, APH, para, posteriormente, criarem a EBSERH. Você pode se perguntar: o que isso tem a ver com capacitação e qualificação? Tudo. Se eu tô querendo acabar com o serviço público, por que iria investir na carreira dos seus servidores?”, explicou o coordenador do SINTUFCE.

APOSENTADOS

A greve de 2012 trouxe como ganho para a categoria mudanças na Lei 11.091 de 2005, que trata, no anexo III, da Tabela para Progressão por Capacitação Profissional e, no anexo IV, da Tabela de Percentuais de Incentivo à Qualificação. No entanto, as mudanças trouxeram à tona uma discussão permanente e latente: o tratamento diferenciado dado pelo Governo Federal aos ativos em detrimento dos aposentados.

O acordo de greve resultou em nova redação, disposta seguir:

“Art. 10

§ 4o No cumprimento dos critérios estabelecidos no Anexo III, é permitido o somatório de cargas horárias de cursos realizados pelo servidor durante a permanência no nível de capacitação em que se encontra e da carga horária que excedeu à exigência para progressão no interstício do nível anterior, vedado o aproveitamento de cursos com carga horária inferior a 20 (vinte) horas-aula.

“Art. 12

§ 4o A partir de 1o de janeiro de 2013, o Incentivo à Qualificação de que trata o caput será concedido aos servidores que possuem certificado, diploma ou titulação que exceda a exigência de escolaridade mínima para ingresso no cargo do qual é titular, independentemente do nível de classificação em que esteja posicionado, na forma do Anexo IV.”(NR)

No ID nº1, de janeiro de 2013, a Fasubra informou aos servidores que “com relação à Progressão

por Capacitação e ao Incentivo por Qualificação, os Aposentados e Pensionistas (no caso, o(a) instituidor(a) da pensão) que tiverem certificados de capacitação ou diplomas de qualificação de cursos que foram concluídos quando se encontravam em atividade, poderão ser utilizados para efeitos da nova Lei”. No entanto, ao longo das últimas reuniões, o governo negou o acordo, alegando não se lembrar de ter concordado com esse ponto e justificam que essa concessão estendida aos aposentados poderia ter um impacto prejudicial no orçamento. O MEC não aceitou acrescentar a orientação sobre os aposentados na nota técnica construída para os setores de Recursos Humanos das IFES. Mais uma vez, os aposentados têm seus direitos negados e seguem sem usufruir dos ganhos da qualificação que obtiveram durante o período ativo nas universidades. A questão segue sem solução.

As discussões que ficam são as questões sobre qual o futuro reservado para os aposentados de hoje? A tendência é a situação piorar ou os movimentos sociais estão, de fato, construindo mudanças positivas?

“Não se assuste se, por ventura, o governo lançar incentivos financeiros – com falsas vantagens – para que os servidores que ainda terão aposentadoria integral possam aderir a essa nova regra previdenciária. Assim como fez com o PDV – lembra? Eu não consigo enxergar nenhuma perspectiva de futuro promissor para servidores públicos no tocante a aposentadoria, até porque, nós contribuimos com 11% sobre o que recebemos. Se alguém recebe como remuneração o valor de R\$ 10.000 é desconto do salário dele R\$ 1.100. Nós, que estamos na ativa, contribuimos para mantermos aqueles que já se aposentaram. Com essa nova regra, quem vai manter os que estão por se aposentar pelo RJU? Diante dessa realidade, quero ressaltar que os movimentos sociais e sindicais estão precisando refletir sobre que tipo de contribuição estão realmente prestando aos seus representados. Lembremo-nos sempre de que: sempre deve prevalecer o interesse coletivo”, disse Gerson Moraes.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

No último dia 10 de abril, trabalhadores de vários segmentos reuniram-se, na praça da Gentilândia (em frente ao SINTUFCE), para protestar contra a reforma da Previdência Social e somar adeptos para o abaixo-assinado que será enviado ao Congresso Nacional, manifestando a rejeição às mudanças nas regras da aposentadoria. Dezenas de servidores públicos abordaram

as pessoas no entorno da praça para explicar a polêmica que envolve a reforma, relacionada ao teor das mudanças e às condições em que ela foi aprovada no Congresso Nacional. O Ato público reuniu dez entidades representativas dos trabalhadores que integram o Fórum Permanente em Defesa do Serviço Público.

Vigorando por meio da Emenda Constitucional nº41/2003, a reforma afeta todos os trabalhadores – ativos, aposentados, celetistas ou estatutários. As mudanças incluem o aumento da idade mínima para a aposentadoria; os servidores públicos ingressos após a reforma tiveram o teto da aposentadoria rebaixado; taxação dos servidores aposentados e pensionistas em 11% sobre os proventos; e a criação de um Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos através de uma lei complementar – a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) já foi sancionada em abril de 2012, tendo sido criada por meio do Decreto 12.618.

Além do repúdio às alterações, os servidores divulgaram à população o contexto político em que a E.C.41/2003 foi sancionada. Conforme o apurado em 2012 pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Penal 470, durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula, vários parlamentares venderam seus apoios políticos para a votação de matérias favoráveis ao governo – esquema conhecido como “mensalão”. “Nós, trabalhadores, continuaremos com disposição de luta para não deixarmos que a população seja prejudicada com as maldades praticadas por esse governo. O mensalão aprovou a reforma da Previdência!”, disse o diretor jurídico do SINTUFCE, Carlos Alves.

A validade de matérias aprovadas no período em que o “mensalão” foi praticado já está sendo questionada. A Proposta de Emenda a Constituição para a reforma da Previdência está entre as matérias aprovadas com votos corrompidos, segundo o PSOL. O partido, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), está questionando no STF a aprovação da Emenda Constitucional 41/2003, que mudou o artigo 40 da Constituição Federal. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) também formalizaram pedidos semelhantes.

Em notícia publicada pelo Portal Terra, de 25.10.2012, é informado que o juiz Geraldo Claret de Arantes, da 1ª Vara da Fazenda de Belo Horizonte, se manifestou afirmando que as leis aprovadas na época têm vícios de decoro parlamentar. Com isso, o magistrado ordenou a revisão de pensão de um servidor público morto em 2004. O texto diz: “Em sua conclusão, o juiz declarou inconstitucional, por vício de decoro, a Emenda Constitucional 41/2003 e todas as alterações, constitucionais ou não, que confiscam direitos adquiridos pelo servidor público. Na sentença, o juiz fez referência à teoria dos ‘frutos da árvore envenenada’, utilizada na jurisprudência do Direito Penal, declarando que a ‘emenda é fruto da árvore envenenada pela corrupção da livre vontade dos parlamentares, ferindo a soberania popular, em troca de dinheiro’.

A Funpresp é uma herança do mensalão. Suas vantagens e desvantagens ainda são questionadas e a polêmica do assunto ainda não se esvaziou. Então, afinal, quais os prejuízos percebidos a serem provocados pelo Fundo aos servidores? Segundo o diretor do SINTUFCE, o primeiro golpe contra os trabalhadores será a divisão que a medida promove. “Temos, agora, a criação de mais uma modalidade de aposentadoria: a Funpresp. Assim, em uma mesma organização, teremos duas ou três formas de se aposentar: a regra geral da previdência, pela CLT, o Regime Jurídico Único e a Funpresp. Isso divide o movimento trabalhista, já que cada situação previdenciária gera demandas, desafios e problemas inerentes. Trazendo para a nossa realidade nas universidades, o que teremos será a quebra na paridade entre os servidores públicos das IFES no que se refere a suas aposentadorias. Os ativos terão paridade de salário, mas terão causas e lutas diferenciadas no que se refere a aposentadoria. Isso significará uma quebra no processo de luta dos direitos. E não se enganem, essa situação acentua mais ainda o fim do serviço público, ao enfraquecer o conjunto de trabalhadores, que estará fragmentado em lutas particulares a cada grupo”, alertou o diretor do SINTUFCE.



Ato contra reforma da Previdência Social em 10 de abril de 2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais no Estado do Ceará – SINTUFCE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os servidores técnico-administrativos da UFC para a Assembleia Geral Extraordinária, no dia 21 de maio de 2013 (terça-feira), no Auditório Rachel de Queiroz do Centro de Humanidades/UFC, a instalar-se em 1ª. Convocação, às 15 horas – metade mais um dos sindicalizados e em 2ª. Convocação, às 15h30 – qualquer número de presentes, tendo a seguinte pauta:

1. Prestação de Contas da Greve de 2011 – pela Comissão eleita em Assembleia Geral;
2. Prestação de Contas da Greve de 2012 – pela Comissão eleita em Assembleia Geral durante a greve.

Fortaleza, 22 de abril de 2013.
Diretoria Colegiada do SINTUFCE

► Jurídico

Plebiscito nacional] Reforça luta contra a EBSEERH

Confira a resposta do SINTUFCE a nota que a empresa divulgou em reação a mobilização dos servidores em todo o país



Ato na MEAC em defesa da saúde, com plebiscito contra a EBSEERH, em 17 de abril de 2013. Na foto, as diretoras do SINTUFCE, Francisca de Sousa e Adeli Moreira (Comunicação), votando contra a empresa

No período de 2 a 15 de abril de 2013, foi realizado um plebiscito nacional sobre a EBSEERH. A pesquisa é um instrumento de conscientização e mobilização da sociedade e comunidade universitária contra a entrada e permanência da empresa nos Hospitais Universitários em todo o país.

No Ceará, do universo de votantes - servidores, alunos e usuários, 88,74% disseram NÃO à EBSEERH. O plebiscito é nacional e o resultado será divulgado em ato público, no Ministério da Educação, em Brasília, na marcha do dia 24 de abril de 2013.

REAÇÕES

A EBSEERH divulgou nota de esclarecimento à comunidade universitária das instituições federais de ensino superior sobre o plebiscito convocado pelas entidades de servidores docentes e técnico-administrativos. O coordenador Jurídico do SINTUFCE, Lincoln Santos, menciona, a seguir, cada um dos pontos listados pela empresa, mostrando a inconsistências na defesa da EBSEERH, e alertando a comunidade universitária

para as inverdades divulgadas pelo governo federal. Confira.

Quando se afirma ser 'uma empresa pública, diretamente vinculada ao Ministério da Educação (MEC), constituída por recursos 100% públicos e submetida ao controle dos órgãos públicos' e que 'não é possível falar em terceirização ou privatização dos serviços de saúde prestados pelos hospitais federais vinculados às instituições federais de ensino superior', é uma enganação uma vez que a criação da empresa fere princípios basilares da Constituição, desrespeitando preceitos institucionais onde se atribuir a uma empresa de direito privado a gestão dos hospitais, cujo objetivo é de exploração direta de atividade econômica, incluindo a produção de lucro, a gestão de hospitais universitários cujas atividades - pesquisa, ensino e extensão - não podem ser transformados em atividades econômicas.

Ademais, relação que existirá entre os hospitais universitários e a EBSEERH se dará mediante estabelecimento de contrato entre as partes, em que as finalidades e competências definidas no Contrato de Gestão entre a Ebserh e a universidade, haverá possibilidade de desenvolvimento de um conjunto de atividades passíveis de obtenção de lucro, devido à lógica do seu modelo jurídico institucional de direito privado.

A EBSEERH é a privatização dos hospitais universitários, privatização não clássica, dado que não se trata da venda das instituições públicas de saúde e educação, tal como realizado com as empresas estatais e o setor bancário nos governos FHC. A EBSEERH é estabelecida por um modelo jurídico-institucional e relações público-privadas, que permite a criação de condições legais para o livre fornecimento privado e para o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada, a partir de parcerias, contratos e convênios com o setor empresarial, que resultam em mercantilização das funções e atividades públicas.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A Lei de criação da Ebserh (Lei nº 12.550/2011) determina que os serviços prestados pelos hospitais universitários que firmarem contrato com a EBSEERH permanecerão integral e exclusivamente no âmbito do SUS. Portanto, o atendimento à saúde da população continuará a ser feito 100% pelo SUS. Os malefícios aos usuários do SUS podem ser resumidos em dois conjuntos de questões: um primeiro resulta do ressarcimento dos atendimentos prestados aos usuários do SUS que tenham planos privados de saúde. O ressarcimento, previsto pela Lei nº 9656 de 3 de junho de 1998, que era feito diretamente ao Fundo Público de Saúde, agora será feito à Ebserh, a partir da identificação dos usuários na porta de entrada dos hospitais universitários, quando utilizarem seus serviços.

A Ebserh é uma empresa estatal de direito privado com

obtenção de lucro, conforme artigo 8 da Lei nº 12.550/2011, há a possibilidade concreta de priorização do atendimento aos usuários do SUS que tenham planos privados, pois este resultará na dupla obtenção de recursos, através do repasse do SUS, referente aos atendimentos e aos repasses dos planos privados". Para Cláudia, não haverá uma "dupla porta", diferenciação dos usuários do SUS que tenham planos de saúde em detrimento dos usuários SUS, gerando um duplo estatuto de usuários e prejuízos aos usuários SUS que não têm plano de saúde.

RECOMPOSIÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A Empresa afirma que "por meio de concursos públicos, a Ebserh irá contratar profissionais para os hospitais universitários federais. Com a recomposição da força de trabalho será possível a reativação de leitos e serviços que hoje se encontram desativados em decorrência da falta de recursos humanos. Os profissionais contratados pela empresa serão vinculados ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e farão jus aos salários e benefícios dos planos de Cargos, Carreiras e Salários e de Benefícios da Empresa. Ao contrário do que afirmam o prejuízo aos servidores que trabalham nos HU é claro e imediato. Será a extinção progressiva de um contingente de cargos públicos federais do Regime Jurídico Único sem precedentes no serviço público federal.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

De acordo com a nota, a Ebserh afirma que "a autonomia das universidades federais sob a gestão dos hospitais universitários está preservada e garantida pela própria Lei de criação da Empresa (Lei nº 12.550/2011), além de ser um preceito constitucional. Ou seja, as decisões sobre as questões relativas às atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas nos hospitais universitários continuarão a ser conduzidas por cada universidade à qual o hospital é vinculado. Sendo uma empresa pública vinculada ao MEC, no entanto, ainda que a Lei mencione a autonomia universitária, é flagrante o ataque ao princípio constitucional, desde a não previsão ou obrigação de aprovação pelos Conselhos Superiores das IFES do contrato de adesão à Ebserh até o impacto mais direto sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A apreciação do Regimento Interno da Empresa confirma as análises iniciais sobre o ataque à autonomia universitária. Todos os cargos são de livre nomeação, sendo que somente o superintendente será selecionado entre os docentes do quadro permanente da Universidade contratante. As demais gerências serão selecionadas por um comitê composto pela Ebserh e pelo superintendente, sem menção à necessidade de vinculação à Instituição Federal de Ensino à qual o hospital é vinculado.



Por Lincoln Santos
Coordenador Jurídico
do SINTUFCE

FUNPRESP] Desvendando seus segredos

Um dos mais instigantes assuntos do último ano no governo federal foi a entrada em vigor da Lei nº 12.618/12 que criou a Fundação de Previdência dos Servidores Públicos - FUNPRESP.

Por Lincoln Santos - Coordenador Jurídico do SINTUFCE

Cercada de muita polêmica, quando ainda na forma de projeto de lei, o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público - FUNPRESP - foi discutido e votado pelo Congresso Nacional. Agora, a lei começa a vigorar sem resistências, trata-se de fato consumado. O FUNPRESP está aí e passa a reger todo o Executivo Federal, o Legislativo e Judiciário brasileiro, uma vez que, na aprovação pelo Congresso, o projeto original desmembrou-se, criando-se três fundos de previdência complementar, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Se vai dar certo ou não, só o tempo dirá. Mas, experiências similares nos outros países, principalmente nos Estados Unidos, de onde foi copiado, demonstraram o contrário, portanto, ficaremos atentos ao que está por vir.

Vamos logo ao que interessa. De que trata esse novo regime de previdência complementar? O novo regime de previdência complementar será gerido pela Fundação Previdenciária do Servidor Público Federal do Poder Executivo, que a União está instituindo para os futuros servidores, com a finalidade de possibilitar o recebimento de um benefício adicional, tendo em vista que o valor de sua aposentadoria não poderá exceder o limite do benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social.

Ocorre que a contribuição destes novos servidores ficará limitada ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que hoje é de R\$ 4.159,00. Se quiserem se aposentar com a mesma remuneração que recebem na ativa, esses trabalhadores terão de optar pelo novo regime previdenciário e participar do fundo. Do contrário, levarão para a aposentadoria apenas o valor do teto da Previdência.

O plano de benefícios oferecidos pelo FUNPRESP será na modalidade de Contribuição Definida, com contas individuais

para os servidores participantes. Nesta modalidade, o participante é quem decide o valor de sua contribuição, sendo que o valor do benefício dependerá do montante de recursos acumulados pelo servidor, incluídas as contribuições paritárias da União e acrescido da rentabilidade dos investimentos.

O plano de benefício do FUNPRESP terá três opções de faixas para contribuição: 7,5%, 8,0% ou 8,5%. Para formar o fundo, o Tesouro contribuirá até o limite de 8,5% sobre a parcela complementar acima do teto do RGPS.

Como o plano de previdência complementar será estruturado na modalidade de Contribuição Definida, o valor do benefício programado será calculado de acordo com o montante do saldo de conta acumulado pelo servidor participante. Em sendo assim, o servidor participante conseguirá saber, previamente, qual o valor que receberá na aposentadoria pelo FUNPRESP, pois em planos de Contribuição Definida, o valor da aposentadoria será determinado no momento da concessão, com base no saldo acumulado na conta individual do servidor participante (suas contribuições, as da União e a rentabilidade do fundo) e na forma de recebimento prevista em regulamento.

Para se ter uma ideia, os futuros servidores que aderirem ao regime de previdência complementar receberão dois benefícios, um pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, até o limite do benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social, e outro pelo Regime de Previdência Complementar do Servidor, com base no seu saldo de contas acumulado ao longo dos anos até a data da sua aposentadoria. E para aqueles futuros servidores que não aderirem ao regime de previdência complementar, receberão o benefício pago pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, observado o limite do benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social.

E como seria composta a aposentadoria dos atuais servidores que optassem por aderir ao Regime de Previdência Complementar do Servidor? A aposentadoria para esses servidores seria composta por três benefícios: I) Benefício a ser pago pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, cujo valor não excederá o limite do benefício pago pelo Regime Geral da Previdência Social; II) Benefício especial a ser pago pelo Regime Próprio de Previdência Social da União, a título de incentivo e compensação com base nas contribuições do Regime Próprio e tempo de contribuição; e III) Benefício a ser pago pelo Regime de Previdência Complementar, com base no saldo acumulado na conta individual do participante.

Quanto ao futuro do novo regime de previdência complementar, vejo motivos para desconfiança. Pois, o fator mais relevante para o sucesso deste sistema é o tipo de gestão a ser adotado. Certamente haverá insegurança quanto à administração do dinheiro do servidor, protegido em fundo que totalizará milhões de reais mensalmente e, em pouco tempo, atingirá a casa dos bilhões, com as contribuições dos empregados e do patrocinador - o governo federal, que deu a partida com aporte de quase R\$ 50 milhões.

O governo garante que a implantação do novo sistema estará cercada de toda a segurança, para evitar qualquer possibilidade de desvio dos valores que o fundo administrará. É o que todos nós esperamos. Pois, não se admitirá falhas que venham a lançar em descrédito a administração do dinheiro e dos sonhos de aposentaria digna de milhões de pessoas, já que esse famigerado regime encontra-se vigente.

(Com informações do Ministério da Previdência Social)

Arquivo do SINTUFCE] Recebe tratamento para organização e resgate da história da entidade

Os trabalhos de organização do arquivo do SINTUFCE já estão em fase de conclusão. São Atas, fotos, jornais antigos da entidade e documentos em geral que estão sendo identificados e armazenados adequadamente, para que tenham maior vida útil. O serviço está sendo prestado desde maio de 2012 pela bibliotecária Maria Amélia Almeida da Silva, professora aposentada da UFC - Dep. Ciências da Informação/UFC, especialista em Arquivologia pela Universidade de São Paulo (USP).

A situação estava crítica. Documentos importantes para a instituição foram encontrados pela atual diretoria do sindicato, Gestão Renovação Sindical, dentro de caixas de papelão entulhadas em diversos lugares do prédio da entidade - inclusive, dentro da caixa d'água! O estado de má conservação dos documentos resultou na deteriorização do acervo documental da entidade que ficou inutilizado. "A documentação estava destruída", explica a arquivista. "Acho que tem muita história perdida em termo de realizações. Nessa documentação trabalhada percebi que muita coisa que foi realizada não estava registrada. Não há realizações suficientes representadas em documentações que equivalham a 35 anos da entidade", relatou Amélia Almeida.

A profissional conta que a parte contábil era mais desorganizada e não foram encontrados, por exemplo, os relatórios da Comissão Eleitoral de todas as eleições do sindicato. "É preciso ter o foco na posteridade. Se cada diretoria registrar os feitos, daqui a 50 anos as pessoas saberão quais foram as atividades do SINTUFCE nos dias de hoje", recomendou. A arquivista contabilizou, aproximadamente, 79,9 metros lineares de documentos entregues a ela para a execução do serviço.

Sabe-se que a maioria dos sindicatos não dá importância para armazenar adequadamente os materiais produzidos ao longo de sua história, inclusive

aqueles que registravam a memória da entidade. E nesse aspecto, as gestões anteriores também não se preocuparam com a preservação da memória social e histórica da entidade. A trajetória do movimento sindical dos trabalhadores da Universidade Federal do Ceará, através de suas reivindicações, mobilizações e lutas foram encontradas profundamente comprometidas. Entendemos que a memória histórica de uma entidade é o registro dos acontecimentos do presente para as gerações do futuro, considerando-se que esta ao longo dos tempos confere aos seus atores sua identidade. Por isso, houve a preocupação da entidade em resgatar esse patrimônio social, embora de modo incipiente, dada as condições do documentos e os poucos encontrados.

O empenho da arquivista está focado em identificar, organizar e preservar o material reunido, contribuindo, inclusive, para evitar prejuízos futuros. "Estou trabalhando para conseguir preservar o máximo possível da documentação relevante. No aspecto legal, se no futuro for solicitada alguma documentação fiscal, por exemplo, o armazenamento correto desses papéis evitará um dano maior proveniente de multas ou fiscalizações trabalhistas", explica Amélia Almeida. Na vertente administrativa, "será feito o resgate do que foi feto na administração 'A','B','C','D' e 'E'. Assim, o servidor terá a chance de ver a representatividade exercida por cada administração do sindicato", conta. E, no aspecto histórico, consequentemente, os feitos da entidade ficam expressos nos documentos, atas, fotos, cartazes e jornais antigos e recentes, segundo a profissional. "O trabalho de arquivista me preenche. Esse quebra-cabeça é desafiador. Transformar uma bagunça em algo útil dá uma sensação que me realiza. Depois de concluído o trabalho aqui no sindicato, o que chegar poderá ser resgatado facilmente. Quando precisarem, vão reconhecer esse trabalho", concluiu Amélia.

Fotos do arquivo deixado pela gestão passada da entidade.



Fotos do arquivo sendo organizados e recuperados pela atual gestão.



Servidora Marcela Teixeira

A servidora da UFC Marcela Gonçalves Teixeira, arquivista da universidade, reforça a importância desse trabalho realizado pelo SINTUFCE no tratamento adequado a documentos e fotos armazenados. Segundo ela "uma documentação possui, inicialmente, a importância administrativa e deve receber tratamento desde a sua criação. Após, é importante a organização, ordenação e classificação do material para que, no futuro, as informações possam ser resgatadas e disseminadas". A servidora é graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com especialização em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Marcela trabalhava como arquivista na Universidade Federal Rural do Semi-árido em Mossoró - RN (UFERSA) desde 2009. Em junho de 2012, chegou à Universidade Federal do Ceará (UFC) e, hoje, trabalha no Memorial da universidade, auxiliando também na gestão arquivística dos documentos em outros setores que a solicitam.

"Poucos têm a consciência da importância da memória histórica para as futuras gerações. Nosso trabalho é justamente esse de conscientizar e publicizar essa importância", conta Marcela. Ela dá a dica de que não devemos desprezar nenhum material, mas tratá-lo como uma fonte de informações. "Material algum pode ser descartado até que este possa ser avaliado por profissional especializado, como o arquivista, que deverá orientar sobre a forma adequada de classificação, ordenação e destinação do acervo. Às vezes, quando fazemos a identificação iconográfica de fotografias, sentimos falta da indexação da imagem, a identificação dos personagens e local", disse. O trabalho do arquivista passa pelo diagnóstico da situação de armazenamento do material a ser trabalhado, desenvolvimento do projeto de arquivo, avaliação da documentação e definição dos critérios arquivísticos a serem adotados, de acordo com a legislação vigente. Desde sua chegada, a servidora já contribuiu para a identificação do acervo histórico da UFC para as comemorações dos 110 anos

de criação da Faculdade de Direito e dos 50 anos da Casa de Cultura Alemã, dentre outros trabalhos. "Sinto satisfação em atuar nessa área. É gratificante, por ser uma atividade que é também cultural, que contribui para a memória histórica da sociedade", conta.

A atividade, no entanto, ainda carece de valorização nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em todo o país. Marcela Gonçalves costuma participar dos Encontros Nacionais de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (ENARQUIFES), em que os servidores compartilham informações e debatem a realidade da atuação profissional nas universidades. "A partir desses encontros, fazemos indagações, e discutimos o problema da falta de reconhecimento da parte dos gestores sobre o trabalho das arquivistas em prol da memória institucional", explicou. Nesses eventos, os profissionais da área também elaboram projetos a serem apresentados aos gestores, apontando a necessidade de sistemas de arquivos nas universidades e da contratação de mais profissionais, dentre outros pontos. "O ideal seria que todas as unidades de memória tivessem arquivistas. A Casa Amarela, o museu, o memorial e as pró-reitorias são exemplos de locais carentes de profissional que faça esse trabalho. O Complexo Hospitalar precisa urgente de um arquivista para trabalhar com prontuários de pacientes. É algo fundamental, a existência de laboratórios de conservação e restauração de documentos nessas áreas".

A UFC já está criando, segundo Marcela, uma comissão permanente de avaliação de documentos, que trabalhará todo o ciclo vital dos documentos, separando o que é de guarda permanente, intermediária e o que pode ser eliminado segundo os critérios legais. "Isso é importante porque a universidade, até hoje, só fez acumular documentação. Isso pode significar um prejuízo incalculável. Podemos pegar como base o primeiro curso superior da UFC, o de direito. Se tivéssemos um arquivista desde a fundação da UFC, com certeza não teríamos a perda de tantas informações que não foram guardadas", explica. Segundo a servidora, é importante a busca e recuperação das informações para a disseminação da memória, patrimônio e cultura universitária. "Até o momento em que as pessoas não precisarem da informação, elas não vão dar importância para esse trabalho arquivístico, mas quando procurarem e não localizarem - ou demorem a localizar - é que vão perceber a importância do resgate e tratamento dessas informações", finalizou.

I Curso de Fundamentos da Indexação de Fotografias] Beneficia 73 participantes



Abertura do curso, com a presença da Pró-Reitora de Extensão da UFC, profª Márcia Tavares

Com 73 inscitos, o I Curso de Fundamentos da Indexação de Fotografias ofertado pelo SINTUFCE beneficiou profissionais da comunidade e da UFC, reunindo jornalistas, bibliotecários, fotógrafos e arquivistas nos últimos dia 8 e 9 de abril. Os participantes contaram com 20 horas de aulas intensivas, das 8h às 17 horas, em que o professor Ronni de Oliveira repassou conhecimentos sobre os procedimentos e metodologias apropriados para o alcance de resultados eficientes nos processos de pesquisa, busca e recuperação de imagens fotográficas.

Bacharel em Biblioteconomia e Documentação, formado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com 15 anos de experiência na gestão da informação da imagem e, atualmente, atuando como Gestor de Informação e Documentação da JPTE/Petrobras, Ronni expôs aos alunos conceitos para aplicação em diferentes realidades de arquivos ou bancos de imagens, qualificando os presentes para a utilização segura e imediata do que foi aprendido. "Existe uma necessidade de metodologia específica para o universo da imagem. A proposta do curso foi trabalhar a indexação, voltada para a recuperação rápida e precisa da imagem, por meio de uma metodologia de análise. Indexar é verbalizar a imagem, criando pontos de acesso à fotografia, e evitando que inúmeros trabalhos sejam perdidos por não serem facilmente encontrados", explicou.

A capacitação é fruto de parceria entre o sindicato e a Pró-Reitoria de Extensão da UFC, tendo sido realizada no auditório desta. A abertura do curso foi feita pela coordenadora de Comunicação e Imprensa do SINTUFCE, Adeli Moreira, que deu as boas-vindas. "Estou muito feliz em recebê-los para esse momento de muito aprendizado. Nós que fazemos o sindicato temos o entendimento de não olharmos só pra o próprio umbigo, mas de estarmos voltados para a sociedade, a serviço dela", disse a diretora.

A Pró-Reitora, prof.ª Márcia Maria Tavares Machado, saudou os presentes e explicou a importância do curso. "O papel de uma universidade pública é proporcionar o crescimento interno e da sociedade. A universidade conta, hoje, com 50 mil funcionários, quase a população de uma cidade. Trata-se de uma instituição que tem crescido muito e que busca o que há de novo. E a Pró-Reitoria, por sua proposta de estar ligada e integrada a sociedade, busca cumprir a missão de promover o ensino, pesquisa e extensão. Acredito que o curso proporcionará isso, pois a fotografia traduz muito a história de um povo. Não se faz uma universidade sem esse diálogo com a população", disse a professora.

A coordenadora de Comunicação e Imprensa do SINTUFCE, Antonia Silva, também compareceu à solenidade de abertura. A diretora geral da entidade, Telma

Araújo, em sua fala, enfatizou a parceria do sindicato com a UFC. "Agradeço a Pró-Reitora, prof.ª Márcia Maria, por apoiar, incondicionalmente, esse projeto. Agradeço também à coordenação de comunicação do SINTUFCE por entender e acolher essa missão, de ser responsável pela luta dos trabalhadores engajando-se em novas ações, usando o métodos científicos, por meio da pesquisa e extensão", elogiou Telma.

A motivação dos participantes do curso era, em sua maioria, a aplicação da técnica de indexação em seus trabalhos cotidianos, para facilitar e agilizar processos de busca de imagens já utilizados por eles. O servidor da UFC, técnico de fotografia, Igor Grazziano, contou que compartilhará o conhecimento adquirido na própria universidade. "Estou participando em virtude de uma demanda da própria Coordenadoria de Comunicação e Marketing Institucional da UFC, já que, frequentemente, temos que passar fotos para o público, seja ele estudantes, profissionais de comunicação ou até curiosos", disse o servidor, que também elogiou o SINTUFCE pela oferta da capacitação. "Eu fico muito feliz em ver o sindicato tendo essa iniciativa de oferecer cursos

desse tipo. Espero que façam outros, porque, hoje em dia, para se ter certos tipos de qualificação, principalmente, as conceituais e instrumentais dentro da área de imagem, a gente tem que procurar cursos em São Paulo, Rio de Janeiro e até fora do Brasil", explicou.

A bibliotecária Maria Tereza Lima Aires veio ao

curso com mais seis colegas de trabalho. A equipe, coordenada por ela, trabalha no banco de dados do Grupo O Povo de Comunicação. O interesse em participar foi em somar informações sobre a gestão de imagens. "Nós trabalhamos com informação textual e imagens, e a gente tem pouca opção de cursos aqui, em Fortaleza. É difícil ver algum profissional que possa dialogar sobre o assunto. O curso foi muito válido", disse a profissional. E complementou: "essa iniciativa do sindicato é perfeita. É a primeira vez que eu vejo um sindicato trazer uma capacitação assim, com um bom profissional e por um preço muito bom, que nos permitiu ampliar o grupo que veio. O sindicato está com uma característica diferente, foi isso que eu percebi. Ele saiu de dentro dele mesmo e fez esse link com a comunidade. Então, parabéns pra entidade!".

A capacitação foi gratuita para os servidores da UFC, tendo custado R\$ 20,00 para estudantes e R\$ 30,00 para a comunidade. Ao término do curso, no dia 9 de abril, os participantes se confraternizaram durante *coffee break*, com sorteio de livros, cds e duas vagas em cursos do site informacaoaudiovisual.com.br. Além disso, prestigiaram a apresentação artística do servidor da UFC, Arlindo Barreto, que recitou alguns versos. O alunos receberão certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFC.



O curso foi ministrado pelo professor Ronni de Oliveira.

Coral Vozes do SINTUFCE apresenta-se durante Encontro de Aposentados da UFC



No último dia 16 de abril, o Coral Vozes do SINTUFCE apresentou-se durante a abertura do III Encontro de Aposentados da UFC, às 9h30, no Auditório Castelo Branco. O evento é promovido pela Coordenadoria de Organização e Qualidade de Vida no Trabalho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da universidade.

"Sua história/memória não tem preço e transcende o tempo e o espaço."

Fundado em 1978, o SINTUFCE, nos seus 35 anos de história, produziu um acervo que é composto por documentos textuais e de informação audiovisual que registraram sua trajetória de luta. Preservar essa memória histórica, por meio da organização do arquivo, é poder levar para as gerações futuras dos servidores Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Ceará e para a sociedade a história dos seus fundadores, os protagonistas, seu passado, os militantes que construíram nossa entidade.

Essa é a segunda vez que participo da Diretoria Colegiada do SINTUFCE na Coordenação de Comunicação (2005-2008). Na minha primeira experiência, tive a preocupação de levar a ideia de organização do arquivo da entidade para apreciação, mas, infelizmente, à época não houve entendimento da maioria dos coordenadores da importância que é a preservação de sua história. Qualquer entidade, organização ou empresa que possui uma gestão arquivística de documentos produzidos no exercício de suas atividades, sejam elas políticas ou administrativas, preserva a Memória Institucional.

O SINTUFCE possui um rico acervo de documentos recebidos e produzidos que estão registrados nos mais variados suportes, como, por exemplo, materiais impressos (panfletos, informativos, ofícios, jornais) e informações audiovisuais (vídeos, CDs, DVDs, fotografias em papel ou digital, dentre outras), que se perderão com o tempo, caso não haja uma intervenção mais eficaz no sentido de organizar essa massa documental. Portanto, organizar esse acervo é garantir a organicidade, a qualidade e a acessibilidade (recuperação) da informação que esses documentos possuem por meio de procedimentos de ordenação física e acondicionamento adequado dos documentos.

Culturalmente, não damos muita importância a preservação de acervo, seja pessoal ou institucional. A cultura do descartável, do passageiro, ocupa o lugar na ordem das prioridades, da missão das instituições. Via de regra os gestores veem, equivocadamente, a organização de arquivo, como um gasto, não como um investimento. Com efeito, para mudar esse pensamento, em relação à preservação e organização de documentos, é preciso que os gestores a vejam como sendo mais um aspecto da administração da entidade/organização.

Para que essa realidade seja percebida, se faz necessária uma reformulação do planejamento organizacional para incluir ações que objetivem uma preservação documental estruturada, coerente, bem definida, compatível com a missão da instituição. Outro fato, é que a organização e preservação documental se constitui um processo de trabalho intenso, e demanda a atuação de profissionais qualificados, tais como, arquivista ou bibliotecário para realizá-lo. Por isso, é preciso que os administradores incorporem esses conceitos e os percebam como investimento os quais podem ser incluídos no planejamento estratégico institucional. Sua História/Memória não tem preço e transcende o tempo e o espaço.

Por Adeli Moreira,
bibliotecária, Coordenadora
de Comunicação e Imprensa
do SINTUFCE



Filiados são beneficiados] Com serviço gratuito de declaração do Imposto de Renda

Cerca de 30 servidores foram atendidos, diariamente, na sede do SINTUFCE



Servidor sendo atendido pela contadora Verônica Camurça na sede do sindicato

Durante a primeira quinzena de março e por todo o mês de abril de 2013, o SINTUFCE disponibilizou aos filiados, gratuitamente, o serviço de declaração do Imposto de Renda, prestado por dois contadores - Eugênio Camurça e Verônica Camurça - e a auxiliar de contabilidade, Catarina Cunha. O procedimento foi realizado de segunda a sexta-feira, durante o horário comercial, beneficiando cerca de 30 servidores ativos e aposentados a cada dia.

A aposentada Célia Pinheiro aproveitou o atendimento feito pela entidade e conta que saiu satisfeita. "Essa foi a primeira vez que utilizei esse serviço, e gostei demais. Até falei pra atendente que ganhei uma

amiga! Foi maravilhoso o atendimento, a atenção, o acolhimento que recebi. Foi excelente, fiquei até surpresa! Antes me incomodava o desconto do sindicato, mas agora não me incomoda mais, porque estou utilizando do que a entidade oferece", elogiou Célia.

A servidora Maria Deusa, instrumentadora cirúrgica no HUWC, também escolheu fazer a declaração do Imposto de Renda sem custos na entidade. "O atendimento foi perfeito. A equipe está de parabéns, e também quem a escolheu para nos atender. O que me chamou atenção foi a maneira gentil, competente e atenciosa como fui tratada. Tirei todas as minhas dúvidas e a moça que me recebeu teve paciência, e explicou direito, sempre com sorriso no rosto. O atendimento no ano passado foi bom, mas esse ano nem se compara. Escolho fazer meu Imposto de Renda no sindicato porque eu fazia particular e uma colega do hospital me contou do serviço no SINTUFCE. Ai eu resolvi experimentar. Acho muito bacana a entidade ofertar essa opção pro servidor. Quanto mais benefícios a gente puder ter, melhor. Porque a gente sabe que estão descontando a taxa de filiação no nosso contracheque, mas que isso está vindo em nosso benefício", disse Maria Deusa.

Outro filiado que se beneficiou do serviço foi o aposentado José Xavier. "Fui bem atendido. Gostei da delicadeza deles em nos atender, tirei minhas dúvidas e achei tudo muito organizado e sem demora. Inclusive, para nós aposentados é uma coisa maravilhosa ver que o sindicato está agindo assim. É muito positiva essa atitude da entidade", relatou.

Lei nº 6.938/81] O Marco da Legislação Ambiental

Por Augusto Durval, graduado em Direito, coordenador dos Campi Avançados do SINTUFCE



Na atualidade, a preocupação com o meio ambiente tem sido bastante abordada nos diversos países do mundo. A preocupação em manter a sustentabilidade ambiental dos recursos ambientais disponíveis, de modo a utilizá-la sem provocar o seu esgotamento às presentes e futuras gerações, tem despertado controvérsias no âmbito do direito ambiental internacional. No nosso país, a necessidade de proteção efetiva ao meio ambiente levou o Poder Público, com ênfase no Legislativo, a editar a primeira norma de proteção ambiental, a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei nº 6.938/1981, recepcionada pela Constituição Federal de 1988, afigura-se como marco da Legislação Ambiental. Considerada como norma geral sobre proteção ambiental, estabeleceu princípios, objetivos e instrumentos para a implementação da preservação dos recursos naturais no país, além de instituir o Sistema Nacional do Meio ambiente - SISNAMA.

A legalização da Lei nº 6.938/81, com fundamento nos incisos VI e VII do artigo 23 e no artigo 225 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente. Seus princípios e objetivos coadunam-se com o artigo da Carta Magna que a recepcionou:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público a a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações.

A sua eficácia como Lei infraconstitucional deu início ao processo tutelar no combate a qualquer tipo

de degradação ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, compatibilizou o uso dos recursos ambientais de forma a comprometê-los às atuais e futuras gerações. O licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente estabelecida pela Lei 6.938/81. O licenciamento ambiental é concedido mediante resolução nº 237/98 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA.

A liberação de licenças a empreendimentos em locais considerados efetivos ou potencialmente causadores de poluição ou degradação ambiental está condicionada ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), cuja regulamentação encontra-se na resolução 01/86 do CONAMA. O Licenciamento Ambiental é concedido pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, mediante procedimento administrativo (art.6º da Lei 6.938/81). A referida licença pode ser concedida pelos órgãos ambientais pertencentes à União, aos Estados, Distrito Federal e também os municípios, dependendo da natureza de cada atividade.

Evidencia-se que a Lei nº 6.938/81 é considerada o marco da legislação ambiental, pois os seus princípios objetivos e instrumentos estão centrados na proteção ao meio ambiente, a fim de mantê-lo ecologicamente equilibrado à sadia qualidade de vida. Incube ao Poder Público e à coletividade a proteção do meio ambiente em todas as suas formas, para evitar que haja o esgotamento dos recursos ambientais às presentes e futuras gerações.

- 22 de abril, Dia da Terra -

UM NOVO SINDICATO! Transparência e otimização dos processos para melhor usufruto do servidor

O SINTUFCE recebeu reformas administrativas e financeiras para sanar e prevenir dificuldades deixadas de uma gestão para outra. Confira!



Coord. Djalma Siqueira

Iniciava-se o mandato da nova diretoria do SINTUFCE para o triênio 2011, 2013 e 2014 e com ela as propostas de melhorias. A Coordenação de Administração e Finanças, formada por Djalma Siqueira Pereira e Claudio Rogerio Pimentel, assumiu a sua pasta de imediato.

Nos trabalhos de tombamentos patrimonial e contábil, identificaram-se incontáveis problemas de toda ordem. Cita-se, dentre eles, o caso dos funcionários celetistas que produziram o desvio de recursos na ordem de R\$ 203.000,00 (duzentos e três mil reais), um déficit financeiro estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para um saldo bancário a R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil), distribuído nas contas do fundo de greve, poupança para a compra da sede, Centro de Capacitação e Cursinho pré-vestibular, além de um pequeno valor em outras contas da entidade.

IMPLANTAÇÃO DO GERINUS

Diante de tantos eventos de inconformidade, fez-se necessária a elaboração e implementação de algumas medidas que viessem a possibilitar o equilíbrio da economia e do financeiro das contas do Sindicato. Em novembro de 2012, houve a implantação do sistema de banco de dados GERINUS, que tem por objetivo principal o controle efetivo e simultâneo de toda receita e despesas, bem como apresentar a realidade da movimentação dos Chequinhos. O sistema utiliza, única e exclusivamente, os dados de seus sindicalizados. A vantagem foi automatizar os processos, que antes eram manuais. Até o final dessa gestão, tudo estará automatizado na área administrativa da entidade.

MUDANÇA NO CHEQUINHO

Até o mês de abril de 2013, o servidor filiado e usuário dos chequinhos, seja ele de qual banco for, não terá o desconto ou cobrança dos valores emprestados pelo sistema SIAPE (através de desconto em contracheque), por razões técnicas. O débito será efetuado diretamente na conta-corrente. O filiado ao sindicato também poderá efetuar o pagamento diretamente na tesouraria do SINTUFCE, com o Arnoldo ou a Sônia. O chequinho passará a ter data de validade de 6 (seis) meses a partir do novo formulário. Essa medida evitará problemas já identificados pela Coordenação.

O SINTUFCE recomenda a seus filiados que façam a conferência do débito em conta, pois, conforme deliberação da Diretoria Colegiada, o não pagamento implicará em suspensão e/ou sanção da liberação do chequinho até a quitação do valor em primeira ocorrência. Registrando-se a sequência de atrasos, a liberação será suspensa por um prazo de até 6 (seis) meses.

As ações implementadas pela Diretoria Colegiada têm por objetivo regularizar a situação dos convênios e otimizar a utilização desse benefício ofertado pelo sindicato. Nos meses de NOVEMBRO/2012 e DEZEMBRO/2012, os chequinhos não pagos por alguns servidores somaram os valores apresentados nas tabelas abaixo:

BANCOS	nov/12	
	TOTAL EMPRESTADO	TOTAL RECEBIDO
BANCO DO BRASIL	R\$ 227.359,96	R\$ 182.831,80
SANTANDER	R\$ 38.930,20	R\$ 79,00
SIAPE	R\$ 0,00	R\$ 42.546,82
SINTUFCE	R\$ 0,00	R\$ 1.892,20
TOTAL EMPRESTADO E RECEBIDO	R\$ 266.290,16	R\$ 227.349,82
INADIMPLENCIA MENSAL		R\$ 38.940,34
BALANCETE CONTABIL (ACUMULADO)		

BANCOS	dez/12	
	TOTAL EMPRESTADO	TOTAL RECEBIDO
BANCO DO BRASIL	R\$ 313.099,45	R\$ 284.363,21
SANTANDER	R\$ 52.590,49	R\$ 22.050,74
SIAPE	R\$ 0,00	R\$ 21.403,04
SINTUFCE	R\$ 0,00	R\$ 2.110,20
TOTAL EMPRESTADO E RECEBIDO	R\$ 365.689,94	R\$ 329.927,19
INADIMPLENCIA MENSAL		R\$ 35.762,75
BALANCETE CONTABIL (ACUMULADO)		R\$ 74.703,09

A inadimplência, atualmente, encontra-se estimada em R\$ 74.703,09 (setenta e quatro mil, setecentos e três reais e nove centavos) somente com os convênios. É necessário que os colegas servidores compareçam ao SINTUFCE para regularizar a situação e, assim, voltarem a utilizar plenamente os benefícios ofertados. Estamos certos de que tais medidas contribuirão para o melhor funcionamento do sindicato e ampliação de sua oferta de serviços, pois fomos eleitos para administrar o patrimônio da Entidade e ofertar condições de melhorias sociais a todos os nossos filiados.

Contamos com vocês!

Coordenação de Administração e Finanças do SINTUFCE

As escolhas] Para a Melhor Idade

O SINTUFCE oferta ao servidor opções de cuidados com a saúde e traz exemplos de pessoas que, de diferentes formas, buscam a satisfação com a vida e o equilíbrio necessário para viver com saúde. Confira!

Bem-estar, diversão e forças renovadas a cada manhã. Em qualquer idade, todos precisamos de satisfação em viver. As escolhas que fazemos podem colorir o nosso futuro e nos fortalecer para as adversidades. Mas, é preciso querer! Na Universidade Federal do Ceará, encontramos vários exemplos de pessoas que optaram pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento contínuo de si próprio. A seguir, você vai conhecer alguns exemplos de pessoas que inspiram mudanças em prol da saúde física e emocional.

DANÇA E BELEZA

Quem não conhece a servidora aposentada da UFC, Joester Mota Jucá? Formada em Biblioteconomia, solteira, dançarina e Rainha da Melhor Idade. Esbanjando sorrisos, alegrias, histórias e determinação, Joester Jucá é um exemplo de que todos temos a escolha sobre como viver e ser feliz. As vozes dos familiares, as opiniões dos amigos e os estereótipos da sociedade nos conduzem a padrões "seguros" de como ser e agir que, muitas vezes, nos tolhe os sonhos e potenciais.

"Quando jovem, fui convidada a participar do Concurso Rainha do Algodão pela A.A.B.B. na cidade de Senador Pompeu. Meu pai não me deixou participar, porque eu iria ficar falada", conta a servidora. "Fui educada para casar, ter filhos, ser submissa ao marido, e fazer faculdade nem se cogitava. Fui noiva vários anos, não me casei. Quando acabou o noivado, pensei que o mundo tinha desabado. Alguém me disse: 'a gente nasce só e morre só. Vá em frente e fui!", explicou.

No último dia 21 de março, Joester completou 70 anos, esbanjando bom humor e disposição. A dança e a musculação são suas aliadas para manter a saúde. "Sou diabética, tipo 2, necessitando de atividades físicas. O médico recomendou-me praticar pelo menos três vezes na semana. Os resultados dos meus exames médicos voltaram ao normal, as taxas estão controladas e eu ainda emagreci", conta.

Atualmente, Joester é Rainha da Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade do Estado do Ceará (período 2011-2013), e ocupa-se de participar das programações do Clube Idade Dourada, filiado a ABCMI-CE, onde é associada. "Participamos de congressos, viajamos e dançamos muito. Antigamente, nesta faixa etária, era só fundo de rede". Desde 2006, a aposentada já acumulou 27 vitórias em desfiles e concursos de dança e beleza realizados para o público da sua faixa etária no Ceará e em outros estados. "Pra mim, em particular, isso elevou minha autoestima", confidencia.

CONHECIMENTO ADQUIRIDO E COMPARTILHADO

Em 2012, a servidora aposentada da UFC, Angela Maria Matos Mesquita, participou, como uma das organizadoras, da publicação de uma coletânea de textos produzidos por professores pesquisadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e de alunos de doutorado participantes do Grupo de Estudos em Linguística Aplicada (GESLA). A servidora, que também integra o grupo, é a autora de um dos 14 capítulos do livro, que retrata os primeiros oito anos de existência e de produ-



ção do GESLA. O livro "Estudos de Língua e Literatura" (Coleção Novos Conhecimentos - Volume 17) também teve como organizadoras as professoras Maria Auxiliadora Farias e Marlene Gonçalves Mattes.

Mas, essa não é a primeira vez que a servidora tem seus textos publicados em livros. "Esse é o meu terceiro

artigo publicado. O primeiro tratava do ensino de línguas estrangeiras - dos primórdios às redes digitais. O segundo artigo foi uma pesquisa feita quando eu ainda era tutora da disciplina de Introdução à Linguística, sobre as expectativas dos estudantes de Letras (português, inglês e espanhol) no que concerne ao aprendizado na educação a distância - ou seja, as dificuldades de aprendizado em cursos dessa natureza. Já o meu terceiro foi sobre o e-learning, cujo título é Tecnologia à Serviço de Ensino e Aprendizagem: E-learning - Ensino à Distância - Formação à Distância. Em se tratando da nova modalidade de ensino e aprendizagem via tecnologias - ou seja, e-learning, ou ensino a distância, vários são os fatores indispensáveis, desde a preparação dos ambientes virtuais de aprendizagem à utilização e à apropriação do conhecimento das ferramentas destinadas a esse fim, explicou Angela Maria.

A servidora tem graduação em Letras (Português/Francês) pela UFC (1983), mestrado em Linguística Aplicada pela UECE (1999) e doutorado em Ciências da Linguagem - Université Stendhal, Grenoble 3 - França

Servidora Joester Jucá



Cheguei a conclusão de que na vida, para ser feliz, devemos:

- Fazer uma faculdade ou um curso profissionalizante de nível médio que você se identifique e goste, não importa qual, então o trabalho será um prazer;
- Nós mulheres decidimos como e onde seremos felizes. Você faz sua opção de vida (casar, não casar, ter filhos ou não);
- Procure sempre fazer bem feito o que pretende. Isso lhe dá segurança e conhecimento. Talvez outra pessoa faça melhor, mas você deu o melhor de si.

Praticar atividade física faz bem. A dança me traz saúde, lazer e amizade, como consequência: qualidade de vida.

(2002). Atualmente, é Professora Assistente dos Cursos de Especialização do Instituto Virtual - UFC - Universidade Aberta do Brasil. Tem experiência na área de Letras, atuando como pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

A servidora é aposentada da Casa de Cultura Francesa da UFC, e considera o ato de escrever um prazer, sendo, assim, um meio de ter mais qualidade de vida. "Sempre gostei de participar de pesquisas e, nos últimos tempos, tenho me interessado pela educação à distância, haja vista que atuo como professora assistente nos cursos de especialização em gestão e coordenação escolar. Para a servidora, "essa é uma ocupação que nos dá prazer, porque nos faz refletir, embora escrever não seja tarefa fácil", indicou.

ATIVIDADES FÍSICAS

Desde o último mês de dezembro, o SINTUFCE está beneficiando cerca de 300 filiados com o Projeto Viver com Saúde. A entidade disponibiliza profissionais de educação física, em horários e locais favoráveis ao servidor, para a prática de natação, hidroginástica e caminhada orientada. As aulas são gratuitas para os participantes e também estão disponíveis para os dependentes diretos dos servidores.

O objetivo do projeto é estimular os servidores a mudarem o estilo de vida e investirem tempo e esforço em hábitos que contribuem para a prevenção de doenças. Segundo o coordenador de Esportes e Lazer do SINTUFCE, Luis Gonzaga (Índio), a iniciativa do sindicato é inédita na universidade. "O que nos motivou a realizar o projeto Viver com Saúde foi observar que muitos servidores já estão com idade avançada e precisam de atividades para não cair em doença. O servidor nem imaginava que o sindicato poderia oferecer essas atividades e nós não somente continuaremos esse trabalho, como também vamos buscar a parceria da Administração Superior da universidade, para ampliar esse projeto para os Campi Avançados", explicou o diretor, que já aponta para a oferta de mais modalidades de aulas a partir de julho de 2013, com a oferta de Dança de Salão e loga.

As práticas esportivas são coordenadas pelo professor de Educação Física, mestre em Gestão Desportiva, Ricardo Barreto. "Nosso empenho é em possibilitar aos participantes a realização de atividades físicas regulares com o acompanhamento de profissionais competentes para que os mesmos tenham uma melhor qualidade de vida e melhor ocupação do tempo livre, e tudo isso proporcionado pelo SINTUFCE, que mostra se preocupar com seus filiados", expli-



cou Ricardo Barreto. A Ginástica Laboral é ofertada no HUWC (às 7h10), na MEAC (às 7h40) e na Imprensa Universitária (8h10). Segundo a diretora do SINTUFCE, Francisca de Sousa, participar das aulas é um meio de renovar as forças. "Sempre que participo fico com mais disposição e menos dor no corpo. É uma atividade excelente para todos os setores de trabalho, porque a rotina aqui é muito estressante", recomendou. José Duarte, funcionário do HUWC, conta que aplica tudo o que aprende na aula ao cotidiano em casa e no trabalho. "A ginástica laboral nos ajuda a estarmos preparados para algumas situações diárias que podem atrapalhar nosso rendimento no trabalho, como a rotina de ficar muito tempo sentado, resolvendo questões de escritório. Todo mundo tem que participar, porque saúde vale a pena", explicou.

A professora da atividade, Ana Sávila de Brito, é formada em Educação Física pela UFC, com especialização em Treinamento e formação complementar em Pilates. Segundo ela, "não se cuidar tem uma consequência gradativa, que pode resultar no afastamento do trabalho muito cedo, por causa do acúmulo de dores. "A dor pode chegar a um ponto em que só vai



"Escrever é uma ocupação que nos dá prazer, porque nos faz refletir!", recomendou Angela Maria.

melhorar com o descanso e medicação, ou seja, o afastamento - que pode redundar em um estado de invalidez mais cedo". A educadora física explica que "a ginástica laboral proporciona ao servidor um relaxamento, o alongamento, melhora a concentração e a respiração, promove a interação do grupo, inclui dinâmicas motivacionais, e as técnicas aprendidas podem ser aplicadas em casa e em outros momentos no trabalho, se a pessoa estiver sentindo alguma dor ou desconforto".

Já a hidroginástica e a natação são ofertadas em turmas pela manhã, tarde e noite, na academia Equilibrium (Rua Gustavo Sampaio, nº 2115 - Parquelândia). A servidora Diana Teixeira Lopes, lotada no Almoxarifado Central da universidade, relata que faz as aulas de hidroginástica desde dezembro de 2012. "Eu vim para tratar o meu joelho, porque estou com artrose, e meu médico recomendou essa atividade. Mas, se não fosse pelo sindicato eu não tava fazendo a hidro, não. Inclusive já estou melhor! Até as escadas já consigo subir, que antes não conseguia. Pra mim esse é um momento de relaxamento. Antes eu não fazia nenhuma atividade, mas agora eu não largo mais isso aqui", contou Diana. O aposentado Adolfo Rodrigues lopes, pratica a hidroginástica há três meses. "Eu era atleta, professor de defesa pessoal e estava há 30 anos parado. Tô achando bom vir porque estou voltando a praticar exercícios, tô me sentindo mais forte, tô com mais motivação - antes eu estava parado, só assistindo televisão. É uma coisa boa o sindicato estar oferecendo isso. Tem que aproveitar!", elogiou.

A servidora Maria de Fátima Nogueira, faz a aula de hidroginástica, caminhada orientada e planeja iniciar a natação. "Eu nunca vi isso, o sindicato colocar o ser-



vidor pra fazer atividades físicas. É a primeira vez que vejo isso acontecer, e olhe que eu já tenho 30 anos de serviço. Isso foi a melhor coisa que já fizeram, eu tô amando, a saúde pede e agradece! Espero que continue, que o sindicato não abandone a gente mais na parte do esporte", disse.

A caminhada orientada é realizada aos sábados, na praça da Gentilândia (em frente ao SINTUFCE), das 8h às 10 horas. A atividade traz benefícios como a redução do estresse, tensão e ansiedade, ajuda a melhorar a autoestima, reduz as chances de depressão, além de melhorar a circulação sanguínea e fortalecer o músculo cardíaco. Os participantes são divididos em grupos, de acordo com o condicionamento físico, e passam por testes e avaliação do professor para que este verifique a realidade física de cada um. A orientação, na caminhada, ajuda os praticantes a realizar corretamente o aquecimento antes da corrida e o alongamento no final, e a adquirirem força e velocidade na execução da atividade.

O coordenador Geral do SINTUFCE, Francisco Lopes Júnior, um dos idealizadores do projeto, reforça que "a questão de implementarmos esse projeto foi a de sempre buscarmos para o servidor, enquanto entidade representativa, a qualidade de vida dele. E a atividade física é primordial nessa busca, apesar de verificarmos que nunca houve essa preocupação nas gestões anteriores do sindicato. Nossa ideia foi colocarmos, de forma gratuita, essa oportunidade de Viver com Saúde. E o servidor não se preocupe, pois o projeto será mantido até o final dessa gestão, e esperamos que as gestões futuras do SINTUFCE continuem esse projeto tão bonito e necessário para os servidores". Interessados em participar do projeto Viver com Saúde podem se inscrever na lista de espera, por meio da Central de Atendimento do SINTUFCE, para as novas vagas que surgirão em breve.



Coord. do SINTUFCE, Narciso Ferreira, explicando como cultivar plantas durante a Semana do Servidor de 2011 na sede da entidade.

O cultivo de plantas é uma opção também para momentos de descanso da mente, lazer e de investimento na melhoria da alimentação. O coordenador do SINTUFCE, Narciso Ferreira Mota, agrônomo formado pela UFC, explica quais os benefícios de se investir tempo no processo de cuidados com a natureza.

"São vários os benefícios que a relação com a natureza proporciona ao ser humano, inclusive devemos lembrar que somos parte dela, essa relação acontece plenamente quando cultivamos um jardim ecológico. Cores, sons, aromas, movimentos, texturas, todas estas sensações são estimuladas e percebidas quando misturamos areia, argila, composto orgânico, água, ar, luz, sementes e trabalho com amor, amor no sentido também de reaprender a cuidar da vida.

Outra recompensa interessante é a possibilidade de produzir parte do próprio alimento, sentir-se capaz de suprir uma das principais necessidades humanas que é a alimentação, ainda mais quando cultivamos vegetais sem agrotóxicos. O ato de cultivar o solo, plantar a semente e cuidar das plantas, proporciona um enorme bem-estar, pois é um ótimo exercício para o corpo, é terapia que relaxa a mente e é também um laboratório para desenvolvimento do espírito.

E não é difícil. É necessário somente o espaço e o tempo da imaginação, pois existem vários tipos de plantas que podem ser cultivadas num vaso de 10 cm, então todo o tipo de local que tiver será possível plantar algum tipo de vegetal. O ideal é ter um quintal onde possamos plantar árvores, hortaliças, flores etc. Mas, não dispondo, pode-se utilizar até as paredes com os vasos suspensos, então o espaço é o da imaginação, é só ter vontade e criar.

COMO FAZER

Quando juntamos duas porções de areia, uma porção de argila e uma porção de composto orgânico (húmus ou estercor curtido), então teremos um solo vivo propício ao desenvolvimento das plantas. Esse material pode ser colocado em vasos ou direto no solo para plantio. São materiais baratos e fáceis de encontrar nas casas especializadas. As ferramentas necessárias são um kit de jardinagem (pá, ciscador, canivete), um regador, vasos e jarros, etc. É necessária atenção constante, água, adubação orgânica, luz e cuidados simples como verificar presença de parasitas, uso de defensivos naturais. Esses cuidados tornarão as plantas saudáveis durante todo o tempo de vida natural de cada espécie.

DICA: O ideal é utilizar sementes agroecológicas, que podem ser encontradas na Cooperativa Bionatur ou sementes sem defensivos, também disponíveis nas lojas da Isla. Mas, as melhores sementes e mais recomendadas são aquelas que nós mesmos conseguimos produzir, que são as mais naturais/agroecológicas. A seguir, confira o passo a passo para plantar flores e hortaliças.

MODO DE PLANTIO: GIRASSOL

Plantio em cova 15 X 15 cm	Adubação / cova 250g estercor	Preparo da cova	Profundidade 2cm
Espacamento 50 cm	Germinação (dias) 4 - 10	Floração 70	Alteza 2 - 2,5m

MODO DE PLANTIO: COENTRO

Adubação / m² 100g estercor	Preparo do solo	Plantio em linhas 10cm	Profundidade 1cm
Irrigação	Germinação (dias) 7 - 21	Desbaste 10cm	Colheita (dias) 35

ALIMENTAÇÃO VERSUS QUALIDADE DE VIDA

Por Marta Célia, nutricionista, Coordenadora de Aposentados e Pensionistas do SINTUFCE



É consenso na comunidade científica que uma alimentação variada é a melhor forma de garantir o bom estado de saúde, quando aliada às outras práticas saudáveis como exercícios físicos e a uma vida com menos estresse. Os vegetais têm um papel importante e fundamental na qualidade de vida. Como detentores de diversas vitaminas responsáveis por reações metabólicas essenciais na saúde humana, agem ainda como antioxidantes, prevenindo o envelhecimento precoce, doenças cardiovasculares, câncer, catarata, além de reforçar o sistema imunológico e melhorar a ação da insulina.

Outras vantagens dos vegetais é que a maioria deles são pobres em calorias e gorduras, são altamente nutritivos e ajudam a manter ou perder peso, por possuírem fibras essenciais à dieta, garantindo o bom funcionamento do aparelho digestivo, eliminando toxinas e conservando o corpo hidratado. Além de todas essas propriedades, a importância na ingestão de frutas e verduras continua a ser estudada em outros aspectos, como a melhora no humor e na satisfação com a própria vida. Como exemplo, um estudo recente desenvolvido pela Warwick Medical School e divulgado na revista Saúde é Vital - Editora Abril de março de 2013, apontou que a ingestão de frutas e vegetais aumenta a satisfação com a vida e o bem-estar mental.

Durante o estudo, foram colhidas informações sobre a

dieta e a prática de exercícios físicos de 80 mil homens e mulheres na Grã-Bretanha. O resultado foi a constatação de que os indivíduos que comiam de sete a oito porções diárias de frutas e verduras eram bem mais satisfeitos com a vida quando comparados com quem comia menos. Além do consumo de ingestão de frutas e verduras, o estudo levou em conta a rotina de exercício físico, a situação na profissão e o consumo de álcool e fumo.

Na pesquisa, o grupo que ingeria de sete ou mais porções de vegetais foi a que atingiu o pico de felicidade. Infelizmente, a pesquisa não fez distinção entre os tipos de frutas e demais vegetais. O estudo será brevemente publicado na sua íntegra na Social Indicators Research.

Tendo em mãos todas essas informações é importante que façamos um esforço para ingerir a maior quantidade possível desses alimentos, mesmo tendo em vista o tipo de vida que levamos nos dias atuais. Incluir frutas no café da manhã, frutas e verduras no almoço e no jantar e sempre que possível fazer lanches com esses alimentos.

É importante lembrar também que devemos consumir os vegetais da época de colheita, pois são mais baratos, de melhor qualidade, mais frescos e gostosos. Uma dica importante para saber a fruta e hortaliça da época é conversar com o feirante no seu bairro ou consultar o site da Central de Abastecimento Atacadista do Ceará, em www.ceasa-ce.com.br.



Curso de Desinibição e Oratória] Aperfeiçoa comunicação de servidores

No período de 8 a 12 de abril, o SINTUFCE realizou a segunda etapa do curso de Desinibição e Oratória para servidores filiados da entidade. O módulo, com carga de 20 horas, foi composto de aulas práticas, em continuidade a parte teórica ministrada em setembro de 2012. A capacitação foi conduzida pela professora Maryann Leitão Karam e teve por objetivo preparar os participantes a se comunicar de forma adequada com os diferentes tipos de públicos com segurança e eficácia.

Segundo o coordenador de Formação Sindical do SINTUFCE, Agenor Cardoso, a oferta do curso prático foi uma resposta às solicitações dos servidores. "O primeiro curso deixou uma boa impressão nos alunos e houve a cobrança em darmos continuidade. Mais uma vez tivemos um aproveitamento de 100% por parte de todos. Os participantes saíram satisfeitos e tiveram uma produtividade muito boa. Os alunos saíram com o dom da oratória e até fazendo discursos improvisados na última aula", comemorou o diretor.

O coordenador de Campi Avançado do SINTUFCE, Augusto Durval, participou do curso e aprovou. "O curso nos ajuda a quebrar a desinibição, que afeta as pessoas de uma forma muito abrangente. A maioria da pessoas tem essa timidez. O curso promove a superação. Acabo de con-

cluir o curso de Direito e nas audiências a gente precisa dessas técnicas. Tive um proveito extraordinário, para minha ação no sindicato e também no campo profissional", explicou Augusto.

A servidora Maria de Fátima Farias, lotada no Centro de Desenvolvimento Familiar da UFC (Cedefan), também foi aluna da capacitação e conta a importância do aprendizado obtido. "Estou fazendo mestrado e lá a gente precisa com frequência realizar seminários para uma sala que possui cerca de 40 alunos. São momentos em que

“De uns tempos pra cá, o sindicato vem estimulando muito o servidor a uma qualificação.”

eu me sinto muito inibida para falar. Quando eu soube do curso me interessei porque me ajudaria na desinibição, a me expressar sem ficar com vergonha ou vermelha, me tremendo. Aprendi uma forma de melhorar minha maneira de falar ao público, verbalizar e mostrar com clareza aquilo que

eu tenho para explicar. Gostei muito do curso. A professora nos ensinou como nos portarmos fisicamente, a pronúncia da palavra e nos apontou os erros sobre os quais não tínhamos nem consciência", elogiou a servidora. Fátima Farias também comentou a iniciativa do sindicato. "De uns tempos pra cá o sindicato tem se preocupado mais com a formação e vem estimulando muito o servidor a uma qualificação. As ações beneficiam, inclusive os filhos de servidores e a comunidade, como é o caso do curso Pré-ENEM", destacou.

Processos coletivos] A categoria em busca de novas vitórias

No período de 11 de março e 12 de abril de 2013, os servidores que estão no processo dos 47,94% (1º Grupo) e os interessados em resgatar a correção dos 28,86%, referente ao período de 2006 a 2008, compareceram ao escritório do advogado Rodrigo Barreto para entregar as documentações necessárias para o início das novas batalhas judiciais.

No último dia 26 de fevereiro, em Assembleia Geral que reuniu 300 servidores técnico-administrativos, a categoria decidiu autorizar que o Dr. Rodrigo Barreto assumisse o processo dos 47,94% - que estava sob responsa-

bilidade do advogado Francisco Valentim Neto, e ingressasse com os novos processos - referentes aos 28,86% e aos 47,94% (com o intuito de resgatar o direito dos servidores ao referido reajuste, especialmente no que toca aos valores depositados através do precatório expedido no ano de 1999, e que até hoje ainda estão bloqueados).

“A previsão do advogado é de que, dentro de quatro meses, já saia a primeira decisão do juiz - positiva ou não.”

A previsão do advogado é de que, dentro de quatro meses, já saia a primeira decisão do juiz - positiva ou não. O dinheiro dos servidores, referente aos 47,94%, está na Caixa Econômica Federal. A luta será árdua, mas o SINTUFCE acredita em uma decisão judicial favorável à categoria.

Encontro de Aposentados] Dia 24 de maio. Agende-se!

A Coordenação de Aposentados e Pensionistas do SINTUFCE realizará, no próximo dia 24 de maio, o Encontro dos Servidores Aposentados e Pensionistas da UFC. O evento terá início às 8h30, no Auditório da entidade. "Você, aposentado, precursor, protagonista e ativista da luta sindical, continue fortalecendo o nosso sindicato, como dever cívico. Participe do nosso encontro!", convidou a coordenadora de Aposentados do SINTUFCE, Marlene de Paula. Confira, a seguir, a programação do evento.

9h - Abertura com o Coral Vozes do SINTUFCE - Homenagens em alusão ao Dia das Mães

9h30 - Palestra sobre "Qualidade de Vida do Idoso" e "Cuidado com o idoso - dever de quem?", com o Dr. João Macedo.

10h20 - Informes jurídicos

10h50 - Coffee break

Compareça!

Adufc] Elege nova diretoria e conselho de representantes

Nos últimos dia 29 e 30 de abril, foi realizada a eleição da diretoria e do conselho de representantes para o biênio 2013/2015 do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc-Sindicato). Ao todo, 1.397 professores sindicalizados, ativos e aposentados, votaram.

A chapa vencedora foi a Chapa 2 - Por outra Adufc democrática, transparente e bonita de se ver, que recebeu 674 dos votos válidos, contra 671 votos da chapa Chapa 1 - Adufc Viva, valorização docente, universidade de qualidade. A posse será no mês de junho.

A diretoria colegiada do SINTUFCE parabeniza a Chapa vencedora e faz votos de avanços e vitórias para a categoria a partir de seus novos representantes. Destacamos, ainda, a seriedade do processo democrático de escolha da nova direção, conduzido pela atual diretoria da Adufc, entidade com a qual reiteramos a parceria em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e no avanço do processo de implantação da Paridade na Universidade.

Fortaleza, 2 de maio de 2013.

Diretoria Colegiada do SINTUFCE

Abertas inscrições] Para Capacitação em Informática Básica do SINTUFCE

Estarão abertas as inscrições para a Capacitação em Informática Básica do SINTUFCE. Interessados devem dirigir-se à secretaria do PRÉ-ENEM, portando cópia do contracheque e a taxa única de 30 reais - referente ao custo da apostila do curso.

A capacitação visa atender a demanda de capacitação dos servidores, sendo ofertado com as opções de cargas horárias de 150h e 180h. As vagas serão preenchidas priorizando os seguintes critérios: (1) servidores prestes a se aposentar; ou (2) servidores que não possam curso de capacitação. Serão abertas quatro turmas - com 18 alunos cada, com aulas iniciando no dia 13 de maio de 2013. Pela manhã, as aulas serão realizadas às segundas e quartas-feiras, das 8h às 10 horas. No turno da tarde, a turma terá aulas às terças e quintas, das 14 às 16 horas. À noite, às segundas e quartas, das 18h20 às 20h20. Aos sábados, das 8h às 12 horas.

As aulas serão ministradas no Centro de Capacitação, na Rua Waldery Uchôa, nº5 - Benfica. Serão abordados os seguintes assuntos: Internet; Redes Sociais; Windows; e Office (Word, Excel e Power Point).

As turmas abertas são exclusivas para servidores da UFC. Aposentados e pensionistas interessados em participar de turma exclusiva para o grupo podem realizar a pré-inscrição na Coordenação de Aposentados, na sede do sindicato.

Mais informações através dos telefones 3052.3660/ 3052.3661.

Capes] Aprova mestrado proposto pela Andifes

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) aprovou o Mestrado Administração Pública em Rede Nacional, na modalidade a distância, que será oferecido para funcionários públicos federais, estaduais e municipais. O projeto foi solicitado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Na primeira fase de implantação participarão dez Universidades Federais, que darão suporte de infraestrutura, corpo docente e serão responsáveis pela proposta pedagógico-científica. O mestrado terá área de concentração em administração pública com duas linhas: gestão pública e gestão organizacional, com perfil multidisciplinar e multi-institucional. Ainda será definida a data do início do curso.

Saiba mais no site do SINTUFCE

► Informes Jurídicos

3,17%] Juiz determina que UFC comprove cumprimento de decisão sob pena de multa

Desde o final de agosto do ano passado (2012), após a decisão proferida pelo eminente Des. Federal JOSÉ MARIA LUCENA, do TRF da 5ª Região (Recife), nos autos do AGTR nº 125.631-CE, temos lutado contra a persistência da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ em descumprir a referida decisão que, dentre outras coisas, determinou a imediata implantação do percentual de 3,17% na folha de pagamento dos associados do SINTUFCE, interessados no referido processo. Por vezes os autos do processo foram remetidos à Procuradoria Federal (representante judicial da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ) que insistia, como ainda insiste, na argumentação de não ser devido o reajuste (3,17%), apesar da decisão acima citada.

Diante de tal situação, a partir de outubro de

2012, passamos a requerer ao MM. Juiz Federal da 10ª Vara do Ceará, Dr. ALCIDES SALDANHA LIMA, a adoção de medidas que compelissem a UFC ao cumprimento do que decidiu o TRF da 5ª Região, tais como: a fixação de multa por dia de descumprimento; ofício ao MPF e/ou Polícia Federal para apuração de improbidade e crime de desobediência. Após várias tratativas sobre o assunto, com a assessoria do indicado Juiz e, por último, com o próprio, em 18 de março, nosso pleito foi despachado e parcialmente deferido nestes termos: "Verifica-se a inexistência, nestes autos, de decisão superior suspendendo os efeitos da decisão prolatada no Agravo de Instrumento nº. 125.631/CE (fl.5.834/5.835). Sendo assim, não pode a Administração esvaziar o conteúdo das decisões judiciais pela simples demora ou resistência em

dar-lhes efetividade, uma vez que existem meios processuais próprios para atacá-las. Posto isso, determino a intimação, com urgência, da UFC, para, em 05 (cinco) dias, apresentar justificada razão para o descumprimento da decisão mencionada, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a contar da ciência deste despacho. (...)"

Aguardamos, agora, o decurso do aludido prazo para que a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ cumpra da obrigação que lhe foi imposta, e comprove tal situação, ou para marcar o início da contagem dos dias de descumprimento e, conseqüentemente, da multa aplicada. Em breve, outras notícias sobre a questão.

FONTE: Dr. Rodrigo Barreto

47,94%] Últimas notícias

O SINTUFCE recebeu, na manhã dessa segunda-feira (6/5), do advogado Rodrigo Barreto, a listagem com os nomes dos servidores que entregaram a autorização de débito em folha de pagamento referente a ação que trata do reajuste de 47,94%. No total, 2.958 servidores entraram no processo, conforme o deliberado na Assembleia Estatutária do dia 26 de fevereiro de 2013.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

No último dia 23 de abril, o advogado Rodrigo Barreto, dando continuidade ao trabalho de resgate dos valores alusivos ao reajuste de

47,94%, procolou o pedido de desbloqueio dos referidos valores. O MM. Juiz Federal da 6ª Vara do Ceará, Dr. Francisco Roberto Machado, proferiu a seguinte decisão:

"Em atenção ao despacho protocolado pelo Exmo. Sr. Desembargador Federal Presidente do TRF5, nos autos do PRC 35806-CE, e atendendo ao pedido formulado pelos autores, à fl. 653, no item a do parágrafo 40, determino que se oficie àquela autoridade informando que devem ser mantidos bloqueados os valores depositados em virtude do pagamento do PRC 35806-CE, dada a existência de matéria pendente de apreciação, ora

trazida pelos exequentes através da petição de fls.641/654.

Defiro igualmente o pedido formulado no item b, concedendo aos autores o prazo de 30 (trinta) dias para regularizarem sua reapresentação processual.

Após a oitiva da UFC, voltem-me conclusos."

Com base nisso, o advogado Rodrigo Barreto estima que, a partir do próximo mês de junho, o processo que trata do reajuste dos 47,94% estará pronto para uma primeira decisão sobre o pedido de desbloqueio.

Fonte: Advogado Rodrigo Barreto



Dia Internacional da Mulher] Mitos e Verdades - O que de fato há de ser comemorado?

Homenagem In Memoriam
a Sandra Gurgel (militante da luta
pelos Direitos das Mulheres na UFC
e ex-Coordenadora do Sintufce)

Telma Araújo,
Coordenadora Geral
do SINTUFCE



Fazendo um resgate histórico sobre esse dia, é imprescindível citar a relevância do movimento igualitário desencadeado pela Revolução Francesa de 1789 - movimento esse que não conseguiu derrubar as desigualdades entre homens e mulheres. As mulheres camponesas, artesãs, comerciantes, profissionais liberais e burguesas da França, à época, fizeram diversas denúncias contra a situação de inferioridade que viviam em relação aos homens.

Um ano após o início da Revolução, Marquis de Condorcet publicou um artigo "Sobre a admissão das mulheres ao direito à cidadania", que foi ignorado pela Assembleia Nacional de Paris. Na Europa, a primeira manifestação em favor da igualdade entre os sexos foi a de Poulain de la Barre, num opúsculo criado em 1673. A eliminação do estatuto jurídico de inferioridade das mulheres, na vida civil, ocorreu somente no século XX - e, ainda assim, não em todos os países.

O primeiro país a reconhecer às mulheres o direito de voto foi a Nova Zelândia, em 1893. Em seguida, Austrália (1902), Finlândia (1906) e a Noruega (1913). Entre 1914 e 1939, as mulheres adquiriram o direito ao voto em mais 28 países. Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que alguns países ocidentais, como a Itália e a França, admitiram as mulheres no corpo eleitoral. O último país ocidental a reconhecer às mulheres o direito de votar foi a Suíça em 1971.

O termo **Direitos da Mulher** refere-se aos direitos objetivos e subjetivos reivindicados para mulheres em diversos países. Em alguns lugares, esses direitos são institucionalizados e garantidos pela legislação, pelos costumes e comportamentos, enquanto em outros locais eles são suprimidos ou ignorados.

Até hoje creditam que o dia da mulher está de fato ligado ao incêndio da fábrica têxtil da Triangle Shirtwaist, que ocorreu na cidade de Nova York no dia 25 de março de 1911. Mas, ao contrário do que ressalta o imaginário feminista, o dia 8 de março não surgiu a partir desse acontecimento, mas fruto do acúmulo de mobilizações no começo do século passado quando os protestos do dia 8 de março foram deflagrados. O que as trabalhadoras queriam mesmo eram melhores condições de trabalho, não aguentavam mais as jornadas de 14 horas e os salários até três vezes menores que os dos homens.

Há os que creditam a tragédia como um ato de tirania do empregador que trancou as mulheres e ateou fogo, por elas exigirem melhores condições de trabalho. Como não há provas nem registros de que um evento similar tenha ocorrido, essa versão não é considerada verdadeira. Para os estudiosos, esse foi apenas mais um acontecimento que fortaleceu a organização feminina.

De fato, o Dia Internacional da Mulher já havia sido proposto em 1910, um ano antes do incêndio, durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague na Dinamarca. Com as duas guerras mundiais que se seguiram, o Dia da Mulher ficou em segundo plano. Foi apenas na década de 1960 que o movimento feminista retomou com força as comemorações, em meio a leituras de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, e à fogueira de sutiãs nos Estados Unidos.

E só então na convenção em 1975 que a

Organização das Nações Unidas instituiu o **Dia Internacional da Mulher a ser comemorado todo dia 8 de março**. Até então, não havia uma data certa para comemorar a consolidação do papel da mulher diante da sociedade, com direitos e deveres iguais aos homens.

Atualmente, o Brasil, a Espanha e a Mongólia possuem as legislações mais avançadas sobre violência contra a mulher, apesar de sua aplicação integral ainda ser alvo de críticas. Segundo a ONU Mulheres, 125 países possuem leis contra violência doméstica, mas apenas 52 tratam especificamente a agressão conjugal.

No Brasil, os direitos das mulheres são, hoje, fortemente defendidos pela Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, chamada de Maria da Penha, e criou-se mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A legislação brasileira já dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

É importante ressaltar os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de dezembro de 2011, quando mais de 26 prisões em flagrantes e quatro mil prisões preventivas foram feitas a partir da execução da Lei Maria da Penha, que é referência no mundo no combate à violência contra a mulher e trouxe uma série de benefícios para ajudar as mulheres a exercerem seus direitos e serem respeitadas na sociedade brasileira.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), são direitos das mulheres:

1. Direito à vida.
2. Direito à liberdade e à segurança pessoal.
3. Direito à igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação.
4. Direito à liberdade de pensamento.
5. Direito à informação e à educação.
6. Direito à privacidade.
7. Direito à saúde e à proteção desta.
8. Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar sua família.
9. Direito a decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los.
10. Direito aos benefícios do progresso científico.
11. Direito à liberdade de reunião e participação política
12. Direito a não ser submetida a torturas e maus-tratos.

**Não se cale... Se for vítima de
agressão, DENUNCIE: 180**

REFERÊNCIAS

- Revista ISTOÉ Março de 2013 - Mulheres Agredidas: Uma Epidemia Mundial
- Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006
- <http://www.onu-brasil.org.br>
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_da_mulher
- <http://dia-internacional-da-mulher-histria.html>

ACONTECE

RELATÓRIO DA 'MARCHA LILÁS' PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO DE GREVE/2012



Cerca de 25 servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), ativos e aposentados, que compõem a base do SINTUFCE, participaram da Marcha Lilás, pelo cumprimento integral do acordo de greve/2012 e em homenagem ao Dia de Luta Internacional da Mulher.

A atividade foi realizada no último dia 7 de março de 2013, em Brasília. A direção do SINTUFCE foi representada pelos coordenadores Adeli Gomes (Comunicação e Imprensa) e Abraão Lincoln (Jurídico), que fez uso da palavra durante a concentração dos caravaneiros em frente ao Ministério da Educação (MEC).

Avaliamos positivamente a Caravana que, em âmbito nacional, reuniu em torno de 1.000 militantes representantes de 28 entidades de base filiadas à Fasubra. Entendemos também que os objetivos foram alcançados, tendo em vista que a Fasubra Sindical e os TAEs mostraram sua força e determinação pela luta em defesa e ampliação de seus direitos.

Essa foi a primeira manifestação da categoria no ano de 2013 chamada pela federação. Os caravaneiros percorreram as avenidas de Brasília em direção ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), onde permaneceram até a entrega de documento pela Fasubra, solicitando audiência com o secretário Sérgio Mendonça para tratar do Acordo de Greve 2012 e sobre os Grupos de Trabalho. Em seguida, a passeata prosseguiu até o MEC, onde foi protocolado outro documento com o mesmo conteúdo, destinado ao ministro Aloísio Mercadante. Após, os caravaneiros e as entidades de base ali representadas se mantiveram concentrados no lado de fora do MEC manifestando suas posições sobre a Marcha, contra o comportamento do governo e em relação ao Acordo de greve/2012. Por volta do meio-dia a marcha foi encerrada.



Adeli Moreira,
Coordenadora
de Comunicação
e Imprensa